

# O 'MIMO' SUSPEITO DO EX-PRESIDENTE

**Bolsonaro protagoniza novo escândalo de corrupção: as jóias que ganhou da ditadura saudita no valor de R\$ 16 milhões. Propina ou presente? A Polícia Federal investiga a denúncia**

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 13 de Março de 2023 Nº 86

João Brant fala sobre a regulação das Big Techs no entrevistão

Lula investe R\$ 1 bi para reduzir desigualdade de gênero

Governo estuda a adoção de aluguel social para imóveis

Hugo Chávez segue popular, 10 anos depois de sua morte

Luto na cultura: a morte do chargista e músico Paulo Caruso



**CONTRIBUA COM A REVISTA  
REVISTA RECONEXÃO PERIFÉRIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periféricas de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

**SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!**

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFÉRIAS

**Curso  
Emergência  
Climática  
e Trabalho**

**Curso  
HISTÓRIA E POLÍTICA II**  
A crise da democracia e o extremo direito no Brasil

**INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 26/3**

Acesse: [fpabramo.org.br](http://fpabramo.org.br)

focus  
**BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle,

Nathalie Nascimento e Pedro Camarão



**FUNDAÇÃO**  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Torres

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

#### CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

#### SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

#### CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

# EDITORIAL

## OS ROLOS DO EX-CAPITÃO

Alberto Cantalice

A nefasta passagem de Jair Bolsonaro pela Presidência da República ficará marcada pelos excessos criminosos. Rei do "baixo clero" nos 28 anos de mandatos sucessivos no Legislativo, estendeu sua conduta criminosa conhecida como "rachadinha" que nada mais é do que apropriação de parte dos salários de assessores para fazer caixa pessoal. Tal prática é conhecida nos meios jurídicos brasileiros como peculato.

Ao subir de patamar na carreira política, o ex-capitão deu vazão as suas megalomanias criminosas. O recente escândalo das joias

de R\$ 16,5 milhões dadas como "presente" pela ditadura saudita à ex-primeira-dama Michele Bolsonaro é a coroação e a prova da escalada dos bolsonaros no panteão dos grandes crimes.

Não fosse a conduta correta e republicana de um auditor da Receita, o crime teria sido consumado e a sociedade brasileira jamais tomaria conhecimento.

A participação indevida de militares, inclusive de alta patente como o Almirante Bento Albuquerque, para tentar liberar indevidamente o "presente", demonstra a que grau de promiscuidade chegou o uso das instituições pelo descalabro bolsonarista.

Pode-se inclusive especular que a tamanha tristeza do Jair com a derrota eleitoral tenha como motivador a não apropriação indébita do mimo milionário.

Bolsonaro caminha célere para o lixo da história. Sua contribuição decisiva para o desmonte do Estado, sua interferência indevida nas instituições e o uso desbragado da máquina pública para captura de sufrágio não podem ficar impunes.

Seria um tapa na cara da sociedade. Essa página triste e vergonhosa da história brasileira ficará marcada pelo espetáculo dantesco protagonizado por Bolsonaro e sua turma. Esperamos que, respeitando o devido processo legal, o direito ao contraditório e o direito de defesa, ele responda na Justiça por seus crimes.

### NESTA EDIÇÃO

## O NOVO ESCÂNDALO DE BOLSONARO: AS JOIAS DAS ARÁBIAS

O ex-presidente é flagrado em novas atividades suspeitas, ao tentar liberar joias milionárias no valor de R\$ 16,5 milhões, retidas pela Receita Federal. Ex-ministro das Minas e Energia queria entrar com o "presente" da ditadura saudita sem declarar

Páginas 10 a 13

**ENTREVISTA.** João Brant defende a regulação e fiscalização das big techs

Página 4

**MULHER.** Lula anuncia medidas para reduzir as desigualdades de gênero

Página 18

**HISTÓRIA.** O comício de Jango na Central do Brasil e a greve de 1978 no ABC

Páginas 24 e 25

**ECONOMIA.** Governo quer resolver o problema das dívidas das famílias

Página 15

**MULHER 2.** Anne Moura elogia governo por manter mulher no foco das ações

Página 21

**ISRAEL.** Uma nova intifada pode surgir depois dos ataques na Vila de Huwara

Página 26

**INFLAÇÃO.** Boa notícia: Preço da carne cai em fevereiro, segundo o IBGE

Página 16

**TRANSFOBIA.** Deputado do PL quebra o decoro na tribuna da Câmara

Página 22

**MÚSICA.** Os 40 anos do primeiro álbum do grupo Os Paralamas do Sucesso

Página 33

**ARTIGO.** Zeca Dirceu diz celebra que governo vai investir em infraestrutura

Página 17

**HABITAÇÃO.** Governo estuda a ideia do aluguel social para enfrentar crise

Página 23

**CULTURA.** Morrem o cartunista Paulo Caruso e a cantora Sueli Costa

Páginas 35 a 38

ENTREVISTA | JOÃO BRANT

Divulgação



# “AS BIG TECHS PRECISAM DE REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO GLOBAL E LOCAL”

À frente da Secretaria de Políticas Digitais, órgão da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, o cientista político afirma que o debate em torno da conduta das grandes corporações de tecnologia precisa ser enfrentado agora. Essas grandes empresas estão em confronto aberto com governos em todo o mundo para se manterem à margem da lei

**Alberto Cantalice e Pedro Camarão**

**A**s redes sociais se transformaram em um dos negócios mais lucrativos do planeta. Ao mesmo tempo em que oferecem entretenimento audiovisual dos mais variados tipos e assuntos aos usuários, também acumulam milhões de dados sobre o comportamento e o consumo de informação das pessoas que utilizam suas plataformas. Essa captura e retenção de dados

pode ocorrer até mesmo quando o indivíduo não está utilizando qualquer uma das redes especificamente.

Nem as sociedades nem os governos e muito menos as legislações dos países estavam preparadas para o surgimento das plataformas de comunicação instantânea. Agora, quando as grandes empresas de comunicação já estão altamente disseminadas pelo mundo e se transformaram em fonte de renda de milhões de pessoas, governos do mundo todo tentam organizar ações e

leis para tentar diminuir a potência de propagação de discursos de ódio e desinformação sobre os mais variados temas.

Secretário de Políticas Digitais, João Brant aponta que a segmentação automatizada é tão forte nessas plataformas que existem hoje verdadeiras “realidades paralelas”. À frente do órgão da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2018), diz que as redes sociais estão gerando um

isolamento cada vez maior dos internautas.

Nesta entrevista à **Focus Brasil**, João Brant também fala sobre a importância de o país ter feito uma solicitação diante das Nações Unidas para que a comunidade internacional promova o debate sobre a regulamentação global para a operação das chamadas big techs. Mestre em regulação e políticas de comunicação pela London School of Economics (2006), ele lembra que as corporações grandes como Meta, proprietária do Facebook e Instagram, e o Twitter, têm enfrentado de maneira desabrida governos locais e que a união de esforços pode ajudar no controle. A seguir, leia a íntegra da entrevista:

**Focus Brasil – O governo brasileiro pediu na ONU que a comunidade internacional reflita sobre a necessidade de uma regulamentação global das redes sociais. Por que é importante que essa regulação seja global?**

**João Brant** – Acho que tem dois aspectos relevantes aí. O primeiro é entender que as redes são globais e boa parte das suas regras é global. Elas buscam ter regras gerais para aplicação dos seus termos de serviço. Então, isso faz com que o desafio de enfrentar os efeitos negativos que são criados por elas ganhe mais força se for também feito de forma global. A segunda coisa, acho que tem a ver com uma tensão política inevitável pelo tamanho dessas empresas e pela força econômica delas. A gente viu, por exemplo, na Austrália, o Facebook brigar com o governo e com o Rupert Murdoch ao mesmo tempo e trabalhar em formas de chantagem, retirando conteúdo jornalístico da plataforma, inclusive de peque-

nas cidades, pequenos jornais do interior da Austrália.

A gente já viu em outros países as big techs demonstrando sua força ao tentar suspender determinadas características do serviço por reação a ações de regulação. Então, ao trabalhar num plano internacional, o Brasil ganha mais força política nessa agenda. E o terceiro aspecto que não tem a ver com o fato de necessariamente o esforço regulatório ser global, que é a

## AS GRANDES EMPRESAS DE TECNOLOGIA PRECISAM ASSUMIR SEU PAPEL PELA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS NOCIVOS OU MESMO ILEGAIS

gente intercambiar experiências com outros países, porque uma parte desse esforço é feita em âmbito doméstico, necessariamente. E aí, nesse sentido, trocar informações sobre o que tem funcionado e o que não tem é um elemento muito relevante. Nós já tivemos oportunidade, nessa viagem à França, de fazer várias reuniões bilaterais com o governo francês, que tem uma leitura muito parecida do problema com a nossa.

**– Já existe uma perspectiva de quais são os mecanismos possíveis a serem adotados para tentar regulamentar ou criar regras que façam com que redes sociais não sejam esse palco de absurdos?**

– De maneira geral, acho que há pelo menos três grandes linhas de esforços. A primeira é discutir regime de responsabilidade e deveres associados, ou seja, em que medida as plataformas devem ou não ser responsáveis por conteúdos ilegais ou por conteúdos nocivos e quais os deveres, qual papel de cuidado, por exemplo, devem ter na moderação desse conteúdo. Então, se eu viro e falo “você não é responsável por cada conteúdo que tem na sua rede, mas você é responsável por garantir e fazer um esforço ativo antidesinformação”, então, essa ideia de um dever de cuidado vem junto com a discussão do regime de responsabilidade como um dos elementos estruturantes.

Um segundo bloco de questões tem a ver com tentar reverter o que a gente chama de externalidades negativas do modelo atual, que é baseado na busca do engajamento a todo custo. As plataformas têm como principal indicador o engajamento do usuário, ou seja, tempo e nível de interação dele com os conteúdos e postagens.

Precisamos entender que se levar isso a um looping permanente, as regras desse ambiente informacional passam a ser guiadas não pelo interesse público, não por pluralismo, diversidade, confiabilidade da informação, mas pela busca incessante de engajamento. Então, precisamos buscar reverter um pouco esses efeitos. A Europa tem apontado caminhos para isso, por exemplo, em relação ao que

a gente chama de avaliação de risco sistêmico e de ações derivadas dessa avaliação de risco. [A empresa] é obrigada a rever anualmente os seus sistemas para ver se continuam entregando conteúdo problemático e tomar ações para reverter esses problemas. Isso, por exemplo, poderia afetar os sistemas de recomendação, algoritmos e fazer com que se revertesse um pouco esses efeitos negativos.

O terceiro ponto são ações efetivas de moderação de conteúdo. Passamos à discussão do que você pode fazer para reverter os efeitos, mas vai ter conteúdo ilegal e vai ter conteúdo desinformativo e precisamos ter ações efetivas de, no caso de conteúdos ilegais ou no caso de conteúdos nocivos, combinar mecanismos de ação da Justiça com mecanismos de correção. Ou seja, regras que definam publicamente e imponham normas às plataformas. As empresas têm que seguir e o poder público supervisiona. E fazer com que, então, tenhamos celeridade para lidar com conteúdo ilegal ou nocivo.

Eu faço essa diferenciação porque uma parte, por exemplo, da desinformação, das fake news não é ilegal necessariamente, mas afeta o público, é nociva, é problemática, especialmente em grandes volumes. Então, é preciso ações para reverter isso. Acho que esses são os principais blocos das questões. Uma discussão mais geral de responsabilidade e deveres de cuidado, uma questão sobre como reverter as externalidades negativas do modelo de negócio. E uma terceira relativa à moderação de conteúdo.

**– A gente tem estado muito preocupado nos últimos tempos com a monetização dos**

**absurdos, dos discursos de ódio porque esse é um sistema que se retroalimenta. Mas existe outra preocupação evidente que é sobre os dados dos usuários. Grande parte do negócio dessas big techs são os dados que fornecemos gratuitamente. Qual é a preocupação nesse sentido, sobre a privacidade dos usuários das plataformas?**

– Sim. Já há a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). É preciso uma fiscalização rigorosa em

## **O MODELO ATUAL DAS REDES SOCIAIS É BASEADO NA BUSCA DO QUE CHAMAMOS DE ENGAJAMENTO A TODO CUSTO. E ISSO TEM EFEITOS NEGATIVOS**

relação ao tratamento desses dados. Mas, na prática, o que a gente vê é a possibilidade delas [as empresas] irem expandindo o uso desses dados para outros usos diferentes do que o usuário autorizou. Essa discussão sobre o consentimento é muito relevante no âmbito da proteção de dados. E precisa ser observada para que essas plataformas não expandam o uso de tais dados além do que obtiveram no consentimento do usuário. Outro aspecto relevan-

te nisso é sobre o perfilamento. A gente tem que tentar impor limites ao perfilamento porque ele é um dos problemas ou uma das razões do que a gente tem de hipersegmentação do debate público. A hora que você olha para o debate público, hoje hiperfragmentado, em que temos verdadeiras realidades paralelas, isso tem a ver com o fato das big techs quererem entregar conteúdo cada vez mais parecido com o que você já consome. E isso vai gerando um isolamento cada vez maior das pessoas nesses mundos que hoje, de fato, compõem realidades paralelas.

Então, eu diria que a ideia de que você leva à última potência o perfilamento do usuário para fornecer a ele informações mais parecidas com as que ele já consome, é parte do problema. Precisamos olhar para isso com atenção. E, por último, a questão dos dados se torna mais grave quando trata-se, por exemplo, do perfilamento de crianças e adolescentes. A União Europeia proibiu a publicidade direcionada e segmentada a crianças e adolescentes. Acho que a gente deveria trabalhar nessa mesma direção.

**– Mudando um pouco de eixo, observamos na transição o desmonte que o Bolsonaro e o bolsonarismo fizeram na estrutura do Estado. Ao assumir a Secom, que é um órgão importante, que inclusive teve suas funções pervertidas pelo “bolso-olavismo” numa atitude completamente iliberal e antirepublicana, encontrou-se uma terra arrasada?**

– Encontramos. E acho que por uma combinação de dois motivos. O primeiro é a saída da Secom da Presidência. A ida para o Ministério das Comunicações

tinha gerado uma confusão de papéis e de estrutura, de um jeito que, no momento em que se reverte esse movimento, trazendo de volta a Secom para a Presidência, isso gerou muitas fraturas. Não são só fraturas. Não se consegue recuperar o que a Secom era no cenário anterior. A segunda coisa é que a Secretaria de Comunicação não tinha contrato para questões básicas. Por exemplo, um contrato da própria Secom para ações digitais, incluindo todas as atividades necessárias para avançar nas ações digitais. Como operavam com estruturas paralelas, o que a gente encontrou ali foi uma estrutura oficial enfraquecida.

O que o ministro [Paulo] Pimenta determinou de início foi justamente trabalhar na estruturação da Secom para que ela tenha condição de responder de forma robusta aos desafios do tempo atual. Não adianta pensarmos na Secom de 2010 e tentarmos reproduzir aquele modelo. A realidade do ambiente informacional é outra. Então, precisamos ter uma Secom moderna e arejada, o que não tem como ser feito de uma hora para a outra no serviço público. É o desafio que o ministro trouxe para o dia a dia e nós estamos buscando implementar.

**– A Secretaria de Políticas Digitais não existia. Qual vai ser a função dela, qual vai ser o funcionamento?**

– Olha, a Secretaria de Políticas Digitais de fato é uma secretaria nova e foi pensada justamente como ambiente para organizar a ação do Estado brasileiro, do governo brasileiro, nos temas de promoção de políticas públicas e regulação do ambiente digital naquilo que se refere à comunicação. Basicamente, es-

tamos falando o seguinte: temos que buscar definir regramentos e políticas para proteção e promoção da democracia e para a proteção e promoção de direitos na rede, no ambiente digital. Então, a secretaria nasce com essa missão e isso passa pelas diferentes estratégias de fortalecimento de organização dessas políticas digitais na comunicação, por exemplo, fortalecer a sustentabilidade do jornalismo

## A SECOM FOI DESMANTELADA NO GOVERNO BOLSONARO. NÃO TINHA CONTRATO PARA AÇÕES BÁSICAS, INCLUSIVE PARA AÇÕES NAS REDES SOCIAIS

com pluralismo e diversidade, garantir políticas de educação midiática, garantir mecanismos de proteção a direitos individuais e coletivos no ambiente digital. Tudo isso está nas competências da secretaria e é o que a gente vem trabalhando.

**– Lula e os governos do PT foram e são muito atacados por fake news na rede, mentiras... O campo progressista fica muito abalado porque acha que demoram a responder. Do ponto**

**de vista institucional, a Secom está se preparando para fazer essa cruzada? Claro que não fará sozinha, existem apoiadores do governo nas redes, mas que precisam ser alimentadas de fatos concretos, de realizações para poder divulgar. A estruturação que estão fazendo visa ampliar essa interlocução?**

– Sem dúvida. Essa é uma prioridade do ministro [Paulo] Pimenta. Eu diria que o desafio para isso é grande e a Secom deve fazer isso em diálogo e articulação com outros atores. É preciso ter clareza de qual é o papel do governo na reação à desinformação. Eu acho que o governo tem um papel importante além de promover a comunicação sobre as ações do governo Lula, mas também de responder a desinformação sobre políticas públicas e sobre ações de governo e sobre os atores políticos, presidente, ministros, atores relativos ao governo. Então, temos clareza de que a Secom tem um papel central de fornecer informações corretas de forma célere, rápida e fazendo chegar a todos os atores que têm condição de ajudar a reverberar. Tem uma parte das ações de enfrentamento da desinformação que precisam ser assumidas pelo PT e pelos partidos da base porque não faz sentido que o governo entre numa disputa política naquilo que é próprio dos partidos.

Mas acho que a Secom tem, sim, um papel central. E o grande desafio é como partir de uma Secom desmontada e torná-la apta e forte o suficiente para enfrentar o problema no volume que ele tem. Logo depois do 8 de janeiro, a gente já via cobranças à ação da Secom num momento em que a secretaria sequer tinha uma pessoa nomeada para isso. As nomeações são um processo

lento no início de governo. Então, não adianta achar que da noite para o dia a Secom vai ser o centro de inteligência e de estruturação dessa ação. Mas o ministro [Paulo] Pimenta tem priorizado essa dimensão. Isso está no escopo de várias das secretarias. É uma combinação da ação de várias secretarias dentro da Secom e acho que certamente nós, enfim, num prazo razoável, o governo tem toda a condição de assumir esse lugar central que a própria secretaria tem no enfrentamento à desinformação sobre ações de governo e sobre os agentes públicos.

– **Existem propostas de políticas públicas de educação midiática. Você pode adiantar um pouco sobre como é que devem ser essas políticas?**

– Estamos para fechar o plano inicial sobre educação midiática, mas diria que ele tem quatro grandes frentes. Uma é justamente a parceria com outros ministérios, em especial o MEC. O Ministério da Educação tem capacidade de desenhar e implementar uma política capilar de educação midiática e vamos trabalhar com eles nisso, no desenho, na formulação, na implantação e depois no acompanhamento dessa política. Também vem aí a linha de trabalhar com outros ministérios, especialmente aqueles onde a questão da desinformação ou do discurso de ódio são mais relevantes. Eu destacaria as pastas de Saúde e dos Direitos Humanos como dois parceiros fundamentais porque a desinformação sobre saúde tem sido muito significativa e problemática e o Ministério de Direitos Humanos tem buscado justamente enfrentar o problema do discurso de ódio e do ataque. E acho que vem junto com eles

as questões dos ministérios das Mulheres e de Igualdade Racial.

Outra linha de educação midiática é trabalhar em parceria com a sociedade civil para a implementação de programas e projetos com “grupos públicos de interesse”, vamos chamar assim. Vamos pensar em associações nacionais de catadores, nas centrais de trabalhadores, nas grandes associações e federações que reúnam públicos que possam ter interesse em ações de

## O GOVERNO TEM PAPEL IMPORTANTE PARA A REAÇÃO E COMBATE À DESINFORMAÇÃO. ESTE É UM DOS GRANDES DESAFIOS DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

educação midiática, em oficinas, em ação digital. Acho que entra aí uma questão de parceria com a sociedade civil, quem produz conteúdo sobre isso.

O terceiro ponto é uso das redes tanto da Secom quanto da EBC para produzir conteúdo e distribuir conteúdo sobre isso. A gente tem toda a condição de avançar nisso. A EBC tem interesse, a diretora Antônia Pelegrino já anunciou o interesse de avançar nessa agenda. E nós estamos em

diálogo com o presidente Hélio Doyle sobre isso. Um quarto ponto é a parceria e a distribuição de conteúdo, enfim, com atores das redes sociais, com influenciadores, tentar trabalhar em diálogo com gente que já tem rede, que tem essa expectativa de trabalhar com educação midiática e que a gente tem condição de produzir, distribuir material juntos, tentar levantar uma lógica meio que de campanhas, criar uma onda de educação midiática pensando na formação de um público que não é o público, digamos assim, em idade escolar, mas que é usuário da internet e que cai em fake news, que no fundo tem interesse e precisa receber conteúdo sobre isso.

– **Você acha que a gente pode ter expectativa em melhoria substancial na TV pública?**

– Acho que o que o Hélio Doyle, como presidente da EBC, tem anunciado é a ideia de pensar a EBC com a grandeza que ela merece, com a separação adequada entre comunicação pública e governamental, mas priorizando as duas coisas. Quer dizer, a gente não pode ter uma em detrimento de outra. Precisamos fazer com que o governo tenha uma comunicação potente, pujante e que, ao mesmo tempo, haja uma programação mais ampla de interesse público também potente, sendo veiculada. É claro que não nos interessa uma combinação em que a gente passa do programa infantil direto para o ato no Palácio do Planalto, porque isso não faz sentido até do ponto de vista de programação. Mas nos interessa que o público brasileiro esteja bem informado sobre as ações de governo, tenha condição de entender o que o governo está fazendo e a EBC sem dúvida tem um papel relevante nisso. •



Olimpio

# ESCÂNDALO: AS JOIAS DA ARÁBIA

Dois meses depois de deixar o governo federal, vem à tona um novo escândalo envolvendo Bolsonaro. O ex-presidente tentou trazer ao Brasil em 2021, de forma irregular, joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões. PF entra no caso para apurar os crimes

**U**m novo escândalo de corrupção atinge em cheio o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na sexta-feira, 3 de semana, o jornal *O Estado de S.Paulo* reve-

lou que, em 2021, o ex-ministro das Minas e Energia Almirante Bento Albuquerque tentou entrar no aeroporto internacional de São Paulo, com jóias de diamante no valor de mais de R\$ 16,5 milhões sem declará-las às

autoridades alfandegárias.

O ministro desembarcou da Arábia Saudita, depois de participar de uma reunião de cúpula do Oriente Médio, em 26 de outubro de 2021. Ele disse que as jóias – um conjunto de brincos, um colar,

um anel e um relógio da marca suíça Chopard – eram presente da ditadura saudita ao então presidente do Brasil. O governo Bolsonaro poderia entrar com o pequeno tesouro mediante o pagamento de tributação de R\$ 12 milhões. Ou, gratuitamente, caso a comitiva declarasse que as joias eram presente para o país, e não para a família Bolsonaro.

A Polícia Federal abriu uma investigação sobre o caso para apurar se Bolsonaro estava tentando colocar as jóias secretamente no Brasil para evitar impostos ou impedir que entrassem na coleção pública da Presidência da República. Se fosse incorporado ao Patrimônio da União, ele não poderia levá-las quando deixasse o cargo. As denúncias apontam ainda para uma série de ingerências que o próprio ex-presidente fez, na tentativa de reaver as joias de diamantes apreendidas pela Receita Federal.

O ministro da Justiça, Flavio Dino, determinou à PF uma investigação para apurar possíveis crimes de lavagem de dinheiro ou apropriação indevida. “O inquérito vai ser feito e, claro, que a essas alturas, existem indícios muito nítidos de que há múltiplas possibilidades de cometimento de crime”, disse. No sábado, 4, Bolsonaro disse que está sendo acusado de ter recebido um presente que nunca pediu e não recebeu. Mas o ex-presidente é ainda acusado de pressionar o então chefe da Receita Federal para que os fiscais da alfândega liberassem indevidamente as joias, sem o pagamento de impostos.

Os atos de coação que o ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes praticou contra os servidores do órgão resultaram em denúncias levadas à Corregedoria do Ministério da Fazenda. Para conseguir liberar as joias, Gomes pressionou servidores de diversos departamen-

Fotos: Reprodução



**GENTILEZA** Então ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque recebe das mãos de autoridade do governo saudita um presente para a União. Abaixo, as joias apreendidas pela Receita que seriam dadas a Michelle



tos, por meio de mensagens de texto enviadas por aplicativos como WhatsApp, gravou áudios, fez telefonemas e encaminhou e-mails sobre o assunto. Tudo para agradar a Bolsonaro.

A pressão chegou também a subsecretários do órgão. Os funcionários da Receita não cederam às ordens. O ex-chefe da Receita Federal foi nomeado pelo governo Bolsonaro para um cargo em Paris após tentar articular a entrada das joias. Julio Cesar Vieira Gomes foi brindado com o cargo de adido em Paris no apagar das luzes do governo Bolsonaro. O despacho foi assinado pelo então vice-presidente Hamilton Mourão em 30 de dezembro do ano passado, quando Bolsonaro já havia abandonado o país para fixar-se temporariamente em Orlando, na Flórida. A nomeação para o cargo na França foi derrubada pelo atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, logo no início de janeiro.

A história envolvendo o “mimo” do governo saudita é cheia de contradições. Bento Albuquerque admitiu inicialmente que as joias eram um presente para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Depois, mudou a narrativa. Alegou que o presente era para o Estado brasileiro, mas não explicou porque as joias não foram declaradas junto à Alfândega.

O governo do ditador saudita, Mohammed bin Salman, a quem Bolsonaro considera “um irmão” e fez diversos elogios ao longo do seu mandato, é alvo de diversas denúncias contra os direitos

Reprodução



**'IRMANDADE'** Em reunião do G20, ex-presidente cumprimenta Mohammed bin Salman, herdeiro da casa saudita, a quem costumava chamar de 'irmão'

humanos, inclusive o assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi, que morreu esquartejado após entrar em um consulado saudita em Istambul, na Turquia. O governo brasileiro mantém relações formais com a ditadura saudita, mas sob Bolsonaro as ligações se tornaram muito mais próximas.

Na quarta-feira, 8, imagens exibidas pela TV Globo mostram que Bento Albuquerque afirmou na alfândega do aeroporto de Gua-

rulhos que as joias eram para Michelle. “Isso tudo vai entrar lá para a primeira-dama”, afirmou o ex-ministro ao defender a entrada do pacote sem o pagamento do imposto devido. Os servidores da Receita ofereceram a alternativa de declarar os bens como patrimônio do Estado, mas a comitiva de Bento Albuquerque declinou.

Na quinta-feira, 9, o correedor da Receita Federal João José Tafner teve sua exoneração do cargo publicada no Diário Oficial da União. Ele havia apresentado seu pedido de demissão, após ameaça de saída coletiva de servidores da Corregedoria. Indicado ao posto pela família Bolsonaro, Tafner declarou que sofreu pressão para não apurar denúncias envolvendo informações sigilosas de desafetos do ex-presidente. O mandato dele como corregedor terminaria apenas em fevereiro de 2025.

Ao longo da semana, descobriu-se que Bolsonaro recebeu também outro pacote de joias da ditadura saudita como presente, trazido também por Bento Albuquerque. Um recibo foi apresentado pelo ex-ministro com data de 29 de novembro de 2022, que mostra apenas joias masculinas: relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário. O conjunto foi avaliado no valor de R\$ 400 mil e as joias foram “incorporadas pelo ex-presidente ao seu acervo pessoal”. De acordo com Bento Albuquerque, essa segunda caixa passou pela alfândega sem problemas e teria ficado sob a guarda do ministério por mais de um ano. •

## O GOVERNO BOLSONARO SE RECUSOU A INCORPORAR O 'PRESENTE' DA DITADURA SAUDITA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO



**COINCIDÊNCIA?** A refinaria de Mataripe, na Bahia, foi vendida por menos da metade do preço em novembro de 2021, pela Petrobrás. Um mês antes, o ministro das Minas e Energia trouxe o presente milionário para Michelle Bolsonaro

# REFINARIA VENDIDA NA ÉPOCA

Investigação pode apontar se presente à ex-primeira-dama tem relação com a venda de unidade da Petrobras na Bahia à Mubadala Investment Company, dos Emirados Árabes

O presente do governo da Arábia Saudita a Michelle Bolsonaro – no valor de R\$ 16,5 milhões – tem relação com a refinaria Landulpho Alves, que a Petrobrás entregou ao fundo soberano de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, em novembro de 2021? Uma investigação policial pode vir a responder se há relação entre a entrega do ‘mimo’ do governo saudita, nas mãos do ministro Bento Albuquerque, das Minas e Energia, quando da visita à Arábia Saudita, e a venda da unidade da petroleira brasileira na Bahia.

O pedido de apuração do caso foi feito pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) ao Ministério Público Federal. A Rlam, como era chamada a refinaria pela Petrobrás, foi vendida pela metade de seu valor de mercado para Mubadala Investment Company, o fundo soberano dos Emirados Árabes. A venda rendeu à Petrobrás US\$ 1,8 bilhão, aproximadamente

R\$ 10,1 bilhões. A refinaria valia entre US\$ 3 e 4 bilhões, conforme avaliação do banco BTG e do Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

“A ação encaminhada pela FUP ao MPF faz a ressalva de que são dois países diferentes: Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – doadores das joias e compradores da refinaria, respectivamente. Mas, em primeiro lugar, há de se ressaltar a proximidade geográfica e a aliança estratégica entre os dois países”, aponta a FUP na apresentação entregue ao MPF.

A venda da Relam rendeu ao povo brasileiro combustível mais caro. Em dezembro do ano passado, um ano após a venda da Rlam, a nova refinaria árabe comercializava o litro da gasolina a um preço 6,2% mais caro do que o preço médio cobrado pela Petrobrás. Daí a suspeita de que a entrega da refinaria teria rendido uma propina em forma de presen-

te milionário ao então presidente da República.

“O que se agrava pelo fato de em uma entrevista recente o ex-presidente Bolsonaro ter afirmado que ‘eu estava no Brasil quando esse presente foi acertado lá nos Emirados Árabes’. Ato falho ou não, as datas batem. Qual seria o motivo das joias virem escondidas e não declaradas, como de praxe em uma relação diplomática entre dois países?”, questiona o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Parlamentares do PT reforçam a suspeita. O deputado federal Carlos Zarattini (SP) ironizou: “Inacreditável que poucos tenham feito a conexão entre o ‘presente’ dado pela Arábia Saudita à família Bolsonaro e a venda pela Petrobras de uma refinaria para um grupo da Arábia Saudita. Coincidência, né?”, O deputado Pedro Uczai (PT-SC) defende que o Congresso instaure uma CPI para apurar a venda da refinaria e o ‘presente’. •

# TCU: JOIAS NÃO PODEM SEQUER SER USADAS

Tribunal de Contas da União proibiu Bolsonaro de manusear as joias presenteadas por sauditas. Estojo com relógio e outros regalos está com o ex-presidente

O ex-presidente Jair Bolsonaro está proibido de usar ou vender os artigos de luxo enviados a ele como presente do governo da Arábia Saudita por intermédio do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia). A decisão foi tomada pelo ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes.

Bolsonaro deve preservar “intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta corte de contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame”. Nardes justificou que a medida é importante “considerando o elevado valor dos bens envolvidos e, ainda, a possível existência de bens que estejam na posse de Jair Bolsonaro”.

Sabe-se que um segundo estojo com joias ingressou no país sem declaração à Receita e foi “incorporado ao acervo pessoal” de Bolsonaro. Ele continha relógio, caneta, abotoaduras, um tipo de rosário e anel, também da marca suíça Chopard. A decisão de Nardes afeta esse segundo pacote de presentes, uma vez que o primeiro segue retido na alfândega em Guarulhos.

O ministro do TCU ainda decidiu que sejam tomados os depoimentos de Bolsonaro e do ex-ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque. Foi ele quem trouxe o segundo estojo com as joias presenteadas pela ditadura saudita em 2021 e as entregou ao ex-presidente. Ambos terão que se

manifestar oficialmente a respeito dos indícios de irregularidade de contrabando das joias.

Entre os questionamentos, Bolsonaro e seu ex-ministro terão que responder quais foram os presentes recebidos por ocasião da visita à Arábia Saudita, quais estão na posse do ex-presidente neste momento e qual o destino a ser dado para cada um deles. Também terão que falar se os presentes trazidos seriam personalíssimos da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e do ex-presidente ou se seriam incorporados ao acervo da União.

Além disso, precisarão esclarecer quais as providências para o pagamento dos devidos tributos e se houve orientação para o envio de servidor em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para tentar liberar na alfândega os itens de luxo apreendidos.

Nardes também determinou diligências à Polícia Federal e à Receita Federal para que, no prazo de 15 dias, encaminhem informações e documentos que respondam em que local estão armazenadas as joias e o relógio mencionados na imprensa.

O ministro quer saber dos órgãos se existe investigação sobre outros presentes obtidos na viagem e quais os procedimentos instaurados para a apuração dos indícios de irregularidades. Também questiona se já houve oitiva dos responsáveis e, em caso positivo, quais são eles e quais as justificativas para a entrada dos objetos em território nacional. •

## SENADO VAI INVESTIGAR

O senador Omar Aziz (PS-D-AM), recém-eleito para presidir a Comissão de Transparência e Fiscalização do Senado Federal, anunciou que vai investigar a possível relação entre a venda da refinaria da Bahia e as joias recebidas como presente da Arábia Saudita pelo governo Bolsonaro.

Aziz disse que a Comissão de Fiscalização deve investigar a venda da refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada na Bahia, pela Petrobrás. Ele lembrou que a negociação feita pelo governo Bolsonaro foi abaixo do preço de mercado. A refinaria foi avaliada em aproximadamente US\$ 3 bilhões pelo PTG Pactual, mas acabou vendida por US\$ 1,8 bilhão em novembro de 2021.

O senador disse que se reunirá nesta semana com os integrantes da comissão para definir os primeiros passos da investigação. Ele pedirá informações apuradas pela Receita Federal e pela Polícia Federal. A refinaria foi comprada pelo grupo Mubadala Capital, um fundo de investimentos de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes.

Aziz quer investigar a possível ligação do baixo valor pago com as joias dadas pela Arábia Saudita ao governo Bolsonaro. Os países são vizinhos. A caixa de joias foi avaliada em mais de R\$ 16,5 milhões e houve tentativa de entrada ilegal do material no país. Aziz disse que a comissão já enviou um pedido de documentos à Petrobrás acerca da avaliação de preço da refinaria. A estatal é presidida agora pelo ex-senador Jean Paul Prates (PT-RN). •



**A MÃO DO ESTADO** O ministro da Fazenda diz que o programa permitirá às famílias brasileiras saírem do aperto

## VEM AÍ O 'DESENROLA, BRASIL'

Governo quer socorrer famílias endividadas e estimular economia. Lula já garantiu R\$ 10 bilhões para implementar o programa de renegociação de dívidas. País hoje tem 70,1 milhões de endividados

**O** Brasil deixado pelo governo Bolsonaro é uma terra arrasada pela política econômica de Paulo Guedes. Além da fome de 33 milhões de brasileiros, do desemprego recorde de 14 milhões de pessoas, em janeiro deste ano, o país passou a ter 70,1 milhões de inadimplentes com bancos, empresas de cartão de crédito, financeiras, lojas e serviços de utilidades pública, como água e luz. As dívidas acumuladas em atraso totalizam R\$ 323,3 bilhões.

Lula anunciou que o objetivo

é fazer com que as pessoas se livrem da dívida e possam voltar outra vez a ser cidadãos plenos, com direito a comprar, com direito a fazer crédito outra vez. "Nós precisamos libertar esses brasileiros do arrocho do crédito para que eles possam voltar a ser cidadãos e comprar as coisas", declarou, no final de fevereiro.

O governo já garantiu os re-

ursos que vão ajudar cerca de 37 milhões de brasileiros a se livrar de suas dívidas e ficar com o nome limpo. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Had-

dad, o programa Desenrola Brasil, pensado justamente para esse fim, contará com R\$ 10 bilhões, que serão usados para garantir a renegociação de R\$ 50 bilhões em dívidas.

O Desenrola Brasil foi pensado ainda no ano passado

### R\$ 50 BI

é o valor das dívidas das famílias brasileiras que devem ser reduzidas por renegociações asseguradas pelo governo Lula com o Desenrola, Brasil

durante a campanha vitoriosa de Lula, inconformado com a situação na qual o governo Bolsonaro deixou as famílias brasileiras: quase 80% delas endividadas, com situação mais grave nos lares chefiados por mulheres. Esta é a herança maldita deixada pela política ultraliberal adotada pela dupla Guedes-Bolsonaro.

Dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que a taxa de famílias endividadas cresceu 0,3 ponto percentual entre janeiro e fevereiro, chegando a 78,3%.

O Desenrola Brasil vai ajudar as famílias endividadas permitindo que renegociem suas dívidas, deixando-as de um tamanho que não prejudiquem o orçamento. Qualquer pessoa endividada poderá recorrer ao programa. Mas quanto menor for a renda da família, maior será o desconto que terá para pagar o que deve.

Como se trata de um programa inédito, nunca feito no Brasil, a iniciativa exige a criação de um software específico, que já está sendo desenvolvido pelo governo federal. "Assim que estiver pronto, a gente lança o programa", anunciou Fernando Haddad na quinta-feira, 9. A Serasa iniciou na terça-feira, 7, o Feirão Limpa Nome com as negociações até 31 de março. Pela primeira vez, o birô conseguiu reunir um número recorde de 425 empresas credoras, dispostas a oferecer descontos de até 99% sobre o valor das pendências.

Além de ajudar as famílias a sair do sufoco, o Desenrola Brasil deve ajudar na recuperação econômica do país. Afinal, quando estão endividadas, as pessoas deixam de comprar, prejudicando as vendas no comércio e toda a cadeia produtiva. •

# BOA NOTÍCIA: A CARNE JÁ ESTÁ MAIS BARATA COM LULA

Preço tem maior queda em 15 meses e picanha foi a que mais teve queda de preço. Na campanha eleitoral, presidente Lula disse que o povo tinha direito a churrasco e cerveja

**E**m meio às notícias preocupantes, o governo colheu uma boa nova na última sexta-feira, 10. Os preços das carnes caíram 1,22% em fevereiro no Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a maior baixa desses produtos no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde novembro de 2021.

A nova queda no preço da carne é a mais intensa em 15 meses, o equivalente a mais de um ano. Em novembro de 2021, as carnes haviam recuado 1,38%. Na campanha eleitoral, Lula disse que o povo tinha direito a tomar sua cervejinha e comer uma picanha em churrasco no final de semana. A queda de 2,63% é a maior para a picanha desde fevereiro de 2022. À época, os preços do produto haviam recuado 3,75%.

Depois da picanha outros cortes de carnes também sofreram queda de preço. Em seguida, vieram fígado (-2,50%), alcatra (-2,50%), capa de filé (-2,37%) e costela (-2,28%). No acumulado de 12 meses, as carnes passaram de uma inflação (alta) de 0,04% em janeiro deste ano para uma deflação (queda) de 1,63%. O IBGE destacou que esses produtos contribuíram para a desaceleração do grupo alimentação e bebidas no IPCA.

Gerente da pesquisa do IPCA no IBGE, Pedro Kislánov lembrou que os preços já vinham em uma trajetória de trégua após fortes altas durante a pandemia da Covid. Ele avalia que a baixa dos preços pode ter sido intensificada pelo impacto inicial do embargo às exportações brasileiras para a China. A suspensão teria resultado em um aumento da oferta no mercado interno.

Os embarques para o país asiático foram paralisados a partir de 23 de fevereiro. A medida veio após a confirmação de um caso de mal da vaca louca no Pará. "As carnes já vinham tendo uma redução, e nesse mês foi mais pronunciada. Por isso, acho que tenha efeito da redução das exportações", disse Kislánov.

A economista Luciana Rabelo, do Itaú Unibanco, faz avaliação semelhante. "Pode ter tido algum impacto [do embargo], mas é uma inflação que já vinha desacelerando", afirmou. O Ministério da Agricultura confirmou neste mês que o caso de vaca louca no Pará foi atípico, mais comum em bovinos mais velhos e sem riscos para a cadeia produtiva e consumidores.

O IPCA é o índice oficial de inflação do país. Em termos gerais, acelerou para 0,84% em fevereiro com a pressão dos reajustes de educação no começo do ano letivo. A alta do IPCA havia sido de 0,53% em janeiro. •

# OBRAS PARA UM BRASIL MELHOR

Lula anunciará novo PAC, como parte dos investimentos federais para a retomada de cerca de 14 mil obras paralisadas ou em ritmo lento. O país voltará a crescer e o povo já sente as mudanças

Zeca Dirceu

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar em breve um novo programa amplo de investimentos – na linha do



Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) –, como parte da estratégia que inclui a retomada de cerca de 14 mil obras paralisadas ou em ritmo lento no país.

Trata-se de uma ação de peso, voltada a projetos de logística, geração de energia e melhorias urbanas, por meio de recursos orçamentários e financiamentos, em especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e privados.

O programa impactará positivamente a geração de empregos e de renda e a melhoria da qualidade de vida da população, deixando nítido que Lula rompeu a inércia do governo passado e colocou o Brasil no rumo certo.

Os números ainda estão sendo fechados, mas desde já uma certeza: o Brasil recupera a capacidade de investimentos e terá na infraestrutura recursos muito superiores ao total investido em todos os quatro anos do governo militarista anterior, que agia apenas para atender aos interesses dos especuladores do mercado financeiro.

A retomada das obras é um dos compromissos assumidos por

Lula durante a campanha eleitoral. As obras prioritárias têm sido elencadas por governadores e prefeitos, com o diálogo republicano estabelecido por Lula, que não distingue quem é de oposição ou situação e considera primordialmente os interesses

nacionais.

Há expectativas alentadas sobre o impacto dos investimentos em rodovias, portos e aeroportos, no desenvolvimento econômico e social e na produção e escoamento de produtos agropecuários, minerais e industriais. Também se investirá nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana e moradia. No caso do programa de construção de cisternas, deverão ser destinados cerca de R\$ 500 milhões para 2023, aumento de aproximadamente 22 vezes em relação ao ano passado.

Todas essas obras impulsionam o crescimento do país e ajudam no combate à pobreza.

Lula já relançou o programa Minha Casa, Minha Vida, tendo como foco a faixa que inclui os brasileiros mais pobres. Anunciou que vai formular também um programa habitacional pra contemplar a classe média, que, como a classe trabalhadora, também foi vilipendiada desde o Golpe de 2016, num processo aprofundado por Bolsonaro, com sua política elitista que gerou mais bilionários e criou miséria no país.

Antes mesmo do anúncio oficial do novo PAC, o povo brasileiro já pode presenciar a movimentação da máquina governamental para tirar o país do entorpecimento provocado pelo governo passado, que trouxe fome, desemprego e desesperança.

O contraste é marcante. Se no governo anterior a marca eram fake news, negacionismo, estímulo à violência e insensibilidade à situação de milhões de brasileiros com fome e desempregados, com Lula as boas notícias voltaram.

Destaquem-se, por exemplo, a verba liberada de R\$ 600 milhões para reduzir a fila de cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS); a retomada do Bolsa-Família, com exigência de vacinação das crianças; o reajuste dos valores da merenda escolar; e a recriação do programa Pró-Catador, extinto pelo governo passado.

Em 2007, no primeiro mandato de Lula, depois de o Brasil ficar 30 anos sem planejamento estratégico em infraestrutura de grande porte, foi lançado o PAC, só interrompido com o Golpe de 2016. A iniciativa de interesse nacional e estratégico retomou investimentos em setores estruturantes.

É urgente a necessidade de reconstrução do país após a desastrosa gestão do governo passado. E é isso que o atual governo faz, trazendo a esperança de dias melhores para o povo brasileiro. •

Deputado federal pelo Paraná, é líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



**INICIATIVA** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina medidas para reduzir a desigualdade de gênero em cerimônia no Dia Internacional da Mulher, no Palácio do Planalto, ao lado da ministra Cida Gonçalves. "O Brasil voltou", discursou

## 8M: REDUZIR A DESIGUALDADE

Em cerimônia realizada no Dia Internacional da Mulher, Lula anuncia pacote de medidas para fazer avançar a igualdade de gênero e o combate à violência. Lei vai multar empresas que pagam menos a mulheres com cargos iguais aos dos homens

O governo Lula anunciou uma série de medidas em 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um projeto que estabelece multas pesadas às empresas que pagam menos às mulheres que ocupem funções ou cargos iguais aos dos homens. O projeto foi enviado para análise e aprovação do Congresso.

"O Brasil voltou. Voltou para combater a discriminação, o assédio, o estupro, o feminicídio e todas as formas de violência contra as mulheres", disse o presidente. "Mas é preciso ir além do combate à intolerável violência física. Quando aceitamos que a mulher ganhe menos que o homem no exercício da mesma função, estamos perpetuando uma violência histórica".

Ao anunciar as medidas, Lula confirmou o retorno popular ao Salão Nobre da sede do gover-

no federal. Militantes, bandeiras e cartazes de movimentos sociais e feministas ocuparam o lugar. A ex-presidenta Dilma Rousseff foi ovacionada e saudada pela audiência que lotou o Palácio do Planalto.

O anúncio das medidas marca retomada de iniciativas, sempre adiadas ou interrompidas, para enfrentar problemas seculares que sustentam e legitimam o machismo. Trinta medidas foram anunciadas. Entre os destaques, a construção de 40 novas unidades



**PARTICIPAÇÃO** A solenidade do 8 de Março, celebrada no Palácio do Planalto, foi concorrida com a presença massiva de representantes da sociedade civil, inclusive das organizações femininas de luta e associações populares da mulher

do programa Casa da Mulher Brasileira para atender e abrigar mulheres em situação de violência e a criação do Dia Nacional Marielle Franco para celebrar o combate à violência política e de gênero.

O governo anunciou ainda o envio para ratificação pelo Congresso das Convenções 190 e 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira cria instrumentos contra a violência e assédio sobre as mulheres nos locais de trabalho, e a segunda promove a igualdade de oportunidades no mercado.

As medidas envolvem um conjunto de ministérios, sinalizando que as ações de proteção e valorização das mulheres são transversais a todo o governo, mas articuladas pelo Ministério das Mulheres. O caráter multiministerial também serve como forma de superação de limites orçamentários.

O Ministério das Mulheres

tem dotação de R\$ 122 milhões em 2023, em grande parte obtido pela chamada PEC do Bolsa Família. O valor é inferior ao orçamento de R\$ 233 milhões previstos em 2015, segundo dados do grupo de transição. Se dependesse do governo anterior, a previsão para 2023 seria de apenas R\$ 23 milhões, após contínuas reduções ao longo do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em seu discurso, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou que está confiante nas mudanças. "O 8 de Março volta a ser comemorado com políticas públicas", afirmou. "Jamais tive tanta esperança", disse.

Ela celebrou o retorno dos movimentos sociais na elaboração, fiscalização e cobrança das políticas públicas. E apontou o crescimento do número de mulheres à frente dos ministérios e a chegada de mulheres ao comando dos

dois maiores bancos públicos do país. Cida prometeu que seu ministério lutará contra a violência e a misoginia e contra sua expressão mais brutal, o feminicídio.

Segundo a ONU, uma mulher é assassinada a cada seis horas no Brasil. "Lutaremos por todas as mulheres que foram caçadas. Lutaremos por Marielle Franco", disse. A irmã da vereadora carioca, assassinada há quatro anos, Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, ficou comovida. Ela chorou em diferentes momentos durante a cerimônia.

Em sua fala, após assinar decretos, portarias e mensagens ao Congresso, o presidente Lula demonstrou especial apreço ao projeto que instituiu igualdade salarial entre homens e mulheres. Lula destacou que a premissa existe na CLT desde a década de 1940, mas nunca foi colocada em prática. "Mas agora há uma palavra

que faz toda a diferença: a obrigatoriedade”, disse. “Vai ter muita gente que não vai querer pagar, mas a Justiça terá os instrumentos para exigir”.

O projeto prevê que empresas que não cumprirem a igualdade salarial para cargos com formação técnica e responsabilidade iguais paguem multa de até dez vezes a maior remuneração vigente na companhia. Lula ainda afirmou que nada justifica a diferença entre gêneros no mercado de trabalho.

“Nem a ciência, a genética, a anatomia. Talvez o medo dos homens de serem superados pelas mulheres”, disse o presidente. Lula lembrou que, segundo prognóstico elaborado pela ONU, as diferenças salariais entre homens e mulheres só serão superadas em 300 anos, caso o ritmo das mudanças permaneça como está. “Por isso não podemos aceitar essas condições. É preciso mudar políticas e mentalidades. Será preciso muita luta”.

Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT e dirigente da Internacional de Serviços Públicos (ISP), Junéia Batista, disse que a igualdade salarial entre gêneros no Brasil já tinha sido objeto de duas convenções internacionais da OIT. A de número 100, ratificada pelo país em 1957 e que trata de salário igual para trabalho de igual valor, e a 111, enviada ao Congresso pouco antes do golpe de 1964 e ratificada em 1968, que combate a discriminação de qualquer tipo no ambiente de trabalho.

Diz a sindicalista: “Por isso é necessário que haja pressão sobre os poderes para que vigore de fato a igualdade salarial entre homens e mulheres. A definição do que é trabalho de igual valor, objeto de debates ao longo dos anos, pode partir de consensos técnicos e políticos já formulados pela OIT”. •

# R\$ 1 BILHÃO É O INVESTIMENTO PARA GARANTIR OS DIREITOS DA MULHER

As medidas anunciadas pelo presidente Lula no Dia Internacional da Mulher representam um investimento de R\$ 960 milhões do orçamento público apenas este ano. “Elas são fruto de quase 60 dias de pactuação entre os diversos ministérios, os bancos públicos e outros órgãos, assim como do diálogo com o movimento de mulheres”, disse a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

## Igualdade salarial

Projeto de Lei torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função. Apresentada pelo Executivo, a proposta prevê medidas para que empresas tenham maior transparência remuneratória e para ampliar a fiscalização e o combate à discriminação salarial.

Além disso, o Brasil vai aderir à Coalizão Internacional de Igualdade Salarial, que envolve entidades como a OIT, a ONU Mulheres e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## Combate ao assédio

O governo vai ratificar a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero. Entre outras medidas, a Convenção 190 amplia conceitos de assédio sexual e moral no trabalho.

## Mulheres do campo

O programa Organização Produtiva Econômica das Mulheres Rurais vai lançar um edital de assistência técnica rural para mulhe-

res do campo com R\$ 50 milhões de investimento e perspectiva de atender até 20 mil agricultoras.

Além disso, o Banco do Brasil terá cinco carretas do AgroMulher para percorrer o país com oferta de crédito diferenciado para mulheres, serviços financeiros e capacitação para pessoas físicas e jurídicas.

## Mulheres da periferia

A Caixa promove o Mulheres na Favela, qualificação de mulheres em três laboratórios de inovação social no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

O BNDES, por sua vez, enfatizará o Projeto Garagem, com aceleração de startups lideradas por mulheres.

## Combate à violência

A Central de Atendimento à Mulher (180) está sendo reconstruído. Neste número de telefone, será possível registrar denúncias contra qualquer tipo de violência de gênero. A ligação é gratuita de qualquer lugar do país, e o serviço funciona 24 horas por dia.

O governo também retoma o programa Mulher: Viver sem Violência, com a implantação de 40 unidades das Casas da Mulher Brasileira, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e investimento de R\$ 372 milhões.

O mesmo programa garante ainda a doação de 270 viaturas para a Patrulha Maria da Penha, em todos os estados.

Um decreto prevê ainda a regulamentação da cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência em contratações públicas na administração federal direta, autarquias e fundações.



**NO RUMO** Secretária de Mulheres do PT diz que o governo está avançando e que os desafios para reduzir as desigualdades de gênero são grandes

## ANNE MOURA: “GOVERNO PRIORIZA AS MULHERES”

Secretária de Mulheres do PT fala da retomada de ações para erradicar a fome, combater a violência e promover atendimento em saúde às brasileiras

Secretária Nacional de Mulheres do PT, Anne Moura é uma entusiasta das medidas anunciadas pelo governo Lula em 8 de março. “Este é um governo que respeita as mulheres. Isso é muito importante para nós: um governo que respeita os nossos direitos e que tenha a gente como prioridade na política pública”, diz.

Ela aponta que o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva valorizar a mulher na política pública é fundamental para fortalecer as pautas do enfrentamento à violência. “Isso é essencial, tendo em vista todo o desmonte feito pelo governo anterior”, comenta.

“O diagnóstico que a gente pegou no grupo de transição, que ajudei a coordenar, foi devastador, inclusive do orçamento que era previsto, aponta. “Em todas as políticas que conseguimos avançar, em especial no campo da violência, que tem sido encampada pela

primeira-dama, Janja da Silva, e a ministra Cida Gonçalves, foi para retomar programas como o 180 e a Casa da Mulher Brasileira”.

Ela afirma que o governo acertou ao fazer o enfrentamento da fome, lembrando que a maioria das famílias brasileiras é chefiada por mulheres. “A fome e a pobreza serão enfrentadas com a volta do Bolsa Família que pagará R\$ 600 por família mais um acréscimo de R\$ 150 por criança até 6 anos e outros R\$ 50 a mais até 18 anos e também apoio de R\$ 50 para a gestante”, elogia.

Ainda quanto o combate à fome, a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), importante instrumento para debate da alimentação saudável, é outro acerto do governo Lula. Ela avalia que isso vai permitir a retomada de políticas de segurança alimentar. “Nós queremos uma alimentação

de verdade sem agrotóxicos”, defende.

Ela também lembrou outra ação positiva para as mulheres quando, recentemente, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, determinou que sejam zeradas as filas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). “Tem muita gente nas filas aguardando para fazer uma cirurgia, uma consulta. E você vai olhar e a maioria nas filas é mulher que está ali e vai adiando os cuidados com a própria saúde”, afirmou.

Anne Moura lembra que a construção coletiva do 8 de março é símbolo de resistência e resiliência. Segundo a secretária, a data do Dia Internacional da Mulher só se encerra depois do dia 14 março, em virtude do assassinato da vereadora Marielle Franco. “É uma construção que fizemos nos últimos anos, que é o 8 de março unificado com movimentos, com partidos”, ressalta.

Anne apontou para a importância do Elas por Elas, iniciativa do PT que começou em 2018, com o objetivo de aumentar a presença das mulheres nos espaços de disputa eleitoral para conseguir mais representatividade em cargos eletivos. O projeto, que é encabeçado pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, colaborou com o expressivo aumento da participação de mulheres eleitas nos estados e municípios e também no Congresso.

“A gente sempre vai medindo pela bancada federal, mas tem um resultado muito expressivo, tanto nas estaduais quanto nas vereadoras, e a nossa busca agora é para as majoritárias. Retomamos a maior bancada de mulheres na Câmara Federal”, lembra. “Saímos de 24 deputadas estaduais para 33, de nove para 19 federais, temos duas senadoras e conquistamos a reeleição da nossa governadora, Fátima Bezerra. Estamos no caminho certo”.



Reprodução/TV Câmara

**CRIME** Bolsonarista de carteirinha, o deputado Nikolas Ferreira comete crime ao promover um discurso transfóbico no plenário da Câmara

## QUEBRA DE DECORO

Deputado mais votado do Brasil, Nikolas Ferreira comete crime ao promover transfobia em discurso no plenário da Câmara. Ele já foi denunciado por injúria após desrespeitar a deputada federal Duda Salabert

**O** mundo político assistiu estarrecido, no Dia Internacional da Mulher, uma cena patética e criminosa promovida pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Ele subiu à tribuna da Câmara durante a sessão em homenagem ao 8 de Março e fez um discurso transfóbico.

Agora, está sujeito à perda do mandato e foi denunciado perante o Supremo Tribunal Federal por transfobia, que é crime e pode ser punido com até 3 anos de prisão. O relator do caso no STF é o ministro André Mendonça, ex-ministro do governo Bolsonaro.

No Dia Internacional da Mulher, Nikolas Ferreira foi à tribuna da casa e colocou uma peruca loira. "Hoje é o Dia Internacional das Mulheres. A esquerda disse que eu não poderia falar porque eu não estava no meu local de fala.

Então, solucionei esse problema aqui, ó. Hoje, eu me sinto mulher. Deputada Nicole", disparou o deputado bolsonarista com uma peruca, em tom de deboche.

"As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Para vocês terem ideia do perigo que é isso, eles estão querendo colocar a imposição de uma realidade que não é a realidade", continuou.

Deputado federal mais votado do país, nas eleições de 2022, Ferreira foi denunciado ainda no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados após o discurso. A medida foi tomada por duas mulheres, que pediram a cassação de Nikolas Ferreira por quebra de decoro: as deputadas federais Tabata Amaral (PSB-SP) e Fernanda Melchionna (Psol-RS). Ambas assinam a representação.

As duas colegas apontaram que o parlamentar cometeu um crime. "A transfobia ultrapassa a liberdade de discurso garantida pela imunidade parlamentar. Afinal, transfobia é crime. Eu, ao lado da bancada do PSB, estou entrando com um pedido de cassação do mandato do deputado Nikolas Ferreira", disse Tabatha.

O PT divulgou nota, na quinta, 9, anunciando que o partido e a Secretaria Nacional LGBT do PT soma forças aos parlamentares que assinaram o pedido de cassação do mandato do deputado. "Falas como essas potencializam as violências contra a população de travestis e mulheres transexuais", denuncia o PT.

Em nota, a legenda lembra que o Brasil é o país que mais mata travestis e mulheres transexuais há 14 anos no mundo. "Que seja responsabilizado civil e criminalmente de forma exemplar", diz a nota assinada pela presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), e a secretária LGBT do PT, Janaína Oliveira.

No discurso que fez na tribuna da Câmara, em tom de galhofa, Nikolas Ferreira afirmou que não estava apenas defendendo suas próprias convicções, mas o direito de "um pai não querer que um marmanjo de dois metros de altura entre no banheiro da filha sem ser considerado um transfóbico".

O deputado já foi denunciado por injúria racial após chamar a deputada Duda Salabert (PDT-MG) de "ele". Duda é uma mulher trans. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) acolheu em fevereiro o pedido do Ministério Público e determinou que a 5ª Vara Criminal de Belo Horizonte julgue a queixa-crime apresentada por Duda em dezembro de 2020, quando foi alvo das declarações do então vereador de Belo Horizonte. Nikolas se tornará réu, caso a Justiça aceite o caso. •



**HABITAÇÃO** A retomada do Minha Casa Minha Vida vai legar o governo a entregar 2 milhões de unidades, mas a crise de moradia pode levar o governo a adotar a política de aluguel social para atender população mais vulnerável

# A IDEIA DO ALUGUEL SOCIAL

Além da promessa de construir mais unidades pelo Minha Casa Minha Vida, outra arma da política habitacional pode ser a criação de um estoque para aluguel subsidiado. O governo estuda como fazer

Isaías Dalle

**A** tragédia que ocorreu no litoral norte de São Paulo durante o último carnaval trouxe à tona, novamente, o problema da habitação popular em áreas consideradas de risco. Acontecimentos como aquele se repetem ano após ano, especialmente durante a estação de fortes chuvas do verão. A diferença costuma ser os locais onde são registrados. E quais medidas são prometidas e efetivamente colocadas em prática.

No Brasil, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), baseados no Censo de 2010, mais de 8,2 milhões de pessoas, abrigadas em 2,4 milhões de domicílios, vivem em locais sujeitos a desastres causados pela combinação de fenômenos naturais e ocupação desordenada de espaços como encostas e regiões ribeirinhas.

Em visita a áreas atingidas no litoral paulista, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu esforço do governo federal para construção de novas casas para as vítimas. O governo de São

Paulo também fez acenos nessa direção. Enquanto essas medidas não se concretizam, famílias que perderam bens materiais e parentes - o final de fevereiro tinham sido confirmadas 65 mortes - têm sido alojadas em abrigos ou recebem o aluguel social, subsídio provisório pago pelo poder público para pessoas de baixa renda vítimas de situações de forte impacto.

O recurso ao aluguel social, como política estrutural de longo prazo e não mais apenas medida paliativa ou transitória, pode ser uma importante diferença em relação a programas habitacionais

empreendidos no passado. Essa mudança tem sido defendida por especialistas e entidades do setor e também é estudada pelo governo Lula.

Uma das principais expectativas depositadas sobre Lula é a retomada do Minha Casa Minha Vida, que prevê a entrega de 2 milhões de novas casas e unidades habitacionais até 2026. Mas apenas isso não será suficiente, seja pelo número de unidades residenciais, seja pelas áreas onde serão construídas.

Nem todo o déficit habitacional brasileiro se concentra em áreas de risco, tampouco a resposta para cada uma das necessidades deve ser sempre a construção de novas residências. Nessas lacunas, o aluguel social pode ser adotado como medida complementar à política de habitação.

“Falta claramente um programa que ofereça um estoque de imóveis para aluguel subsidiado, com fim social, fora do controle do mercado, voltado à população de baixa renda em geral e para aquela que mora em áreas de risco”, propõe Rute Imanishi Rodrigues, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), especialista em habitação social e direito à cidade.

Ela defende que o aluguel social não seja apenas um recurso provisório para situações extremas, mas parte de uma política de longo prazo. A medida permitiria a formação de uma cesta de oferta de imóveis de propriedade estatal e privada, devidamente cadastrados, num sistema que poderia ser gerido pelos governos em parceria com entidades do terceiro setor.

**8,2 MILHÕES**  
de pessoas vivem, no país, em locais sujeitos a desastres causados pela combinação de fenômenos naturais e ocupação desordenada de espaços como encostas e regiões ribeirinhas



**PROMESSA** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia a entrega das primeiras unidades do Minha Casa Minha Vida em solenidade na Bahia

“Isso ocorre em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos desde o pós-Guerra. É um dos pilares do Estado de Bem-Estar Social”, comenta. Rute é doutora em Economia pela Universidade de Siena.

Na Inglaterra, por exemplo, entre 25% e 35% do mercado de aluguéis é ocupado por imóveis para fins sociais. Desde a adoção da política, no período pós-Guerra, a propriedade das residências usadas para esse fim era estatal. O predomínio do neoliberalismo após os anos 1980 provocou a transição para um modelo misto, mas não aboliu a política.

No Brasil, parte das futuras construções do Minha Casa, Minha Vida poderia ser destinada para aluguéis sociais, propõe a economista. Imóveis usados poderiam ser adquiridos e reformados pelo governo. Cooperativas habitacionais e proprietários individuais devidamente cadastrados completariam a oferta. Beneficiários do programa poderiam alu-

gar as unidades por longos períodos, quando necessário. Essa possibilidade ajudaria a conter o crescimento de moradias precárias e, de quebra, a subida de preços dos aluguéis, hoje ditada apenas pelo mercado.

O governo federal planeja dedicar parte do programa Minha Casa Minha Vida a construções para esse fim, tanto construindo novas unidades, quanto cadastrando imóveis já existentes. A ideia foi apresentada no programa de governo do então candidato Lula e reforçada pela equipe de transição, no início deste ano. A medida provisória que relançou o programa, em fevereiro, prevê o aluguel social como parte do programa. Ainda não há definição de números.

O movimento social de moradia também defende a ideia. “É uma proposta interessante, não só para atender famílias de baixa renda, como também contribuir para o debate sobre a questão da casa própria: as pessoas precisam morar ou precisam ter casa própria?”, opina Raimundo Bonfim, liderança da Central de Movimentos Populares.

O setor da construção civil também é favorável à ideia de reservar parte do Minha Casa, Minha Vida ao aluguel social. A



Divulgação

**“FALTA CLARAMENTE UM PROGRAMA QUE OFEREÇA UM ESTOQUE DE IMÓVEIS PARA ALUGUEL SUBSIDIADO, COM FIM SOCIAL, FORA DO CONTROLE DO MERCADO, VOLTADO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA”**

Rute Imanishi,  
economista

seção paulista do Sinduscon, sindicato que representa as construtoras, apresentou um esboço à equipe de Lula durante a campanha eleitoral.

“Mas o aluguel social precisa estar acompanhado de políticas de sustentabilidade econômica, geração de renda e estrutura de serviços públicos e comércio próximos”, diz Bonfim. Este é um dos desafios de qualquer programa habitacional comandado pelo poder público. Desde a escolha do local, passando pela infraestrutura próxima, construir novas habitações não deveria repetir o modelo atual de aglomerações sem bons patamares de qualidade de vida e oportunidades.

Como no caso do litoral norte paulista, em que a faixa litorânea foi em grande parte ocupada por casas de veraneio de alto padrão, que passam a maior parte do ano vazias, enquanto os trabalhadores que cuidam delas vivem próximos a encostas, sem fornecimento adequado de água e outros serviços. “Não adianta simplesmente retirar essas pessoas dali e construir para elas ca-

sas distantes do local de trabalho e sem infraestrutura. Há o risco inclusive de novas aglomerações precárias surgirem, com o tempo, ao redor dessas habitações”, comenta Rute.

Outra forma de combater e prevenir desastres como os ocorridos em São Sebastião é manter uma política permanente de manutenção das áreas de risco já ocupadas, com obras de contenção de encostas e garantia de construções adequadas. “Os mais ricos têm casas nas encostas que raramente são destruídas pelas chuvas, porque há tecnologia para as construções”, aponta.

No médio e longo prazo, outra medida necessária é a mudança das legislações municipais e estaduais para rever a ocupação do solo e barrar o surgimento de outros núcleos de alto poder aquisitivo como os existentes em São Sebastião ou Búzios. “Na maior parte do tempo, são cidades fantasmas. Todos os ricos querem ter uma casa ‘pé na areia’ e depois só usam no final do ano. Isso gera especulação imobiliária e mais desigualdade”, adverte a economista. •

## 1 MILHÃO DE VACINAS CONTRA A COVID-19

Saem o negacionismo e o descaso com a vida, entram o respeito à ciência e a preocupação com os brasileiros. Graças ao Movimento Nacional pela Vacinação, lançado em 27 de fevereiro, o Brasil aplicou, apenas nos cinco primeiros dias da campanha, mais de 1 milhão de doses da vacina bivalente contra a Covid-19.

Uma dessas doses foi dada no braço do presidente Lula pelo vice Geraldo Alckmin. Ambos fizeram questão de participar da iniciativa, cujo objetivo, além de proteger a população contra a Covid, é aumentar a cobertura vacinal das crianças brasileiras, que caiu de maneira preocupante durante o governo Bolsonaro.

A vacina bivalente recebe esse nome porque protege tanto contra a cepa original do vírus quanto contra as variantes ômicron. O objetivo do governo Lula é vacinar, no próximos meses, 54 milhões de pessoas dos grupos prioritários.

Além de oferecer esse reforço aos grupos prioritários, o Ministério da Saúde enviou aos estados mais doses da vacina monovalente para que toda a população esteja protegida. O recomendado é que todos tomem duas doses da vacina (esquema vacinal primário) e depois recebam o reforço.

Para pessoas de 5 a 39 anos, uma dose de reforço pelo menos quatro meses após a segunda dose (três doses no total). Já para o público de 40 a 59 anos, são duas doses de reforço (quatro doses no total), também respeitando o intervalo de quatro meses. •

Iconographia

13 de março de 1961

## JFK CRIA A 'ALIANÇA PARA O PROGRESSO'

Em discurso para o corpo diplomático da América Latina e líderes do Congresso em Washington, o presidente dos EUA, John Kennedy, anuncia oficialmente a criação do programa "Aliança para o Progresso". No pronunciamento, diz oferecer uma "revolução pacífica" para se contrapor ao que qualifica como agressão da União Soviética e de Cuba.

Kennedy assumia, dessa forma, a "teoria dos estágios" do economista W. W. Rostow, segundo a qual o desejo por mudanças socioeconômicas, se ignorado, poderia pôr a região na órbita da influência soviética. Nos dez anos seguintes, o programa destinaria US\$ 20 bilhões aos países da América Latina, fora a ajuda tecnológica.

Pela primeira vez, os EUA se comprometiam com um programa de ajuda financeira de longo prazo aos países latino-americanos. A "Declaração aos Povos da América", contém os princípios do programa: apoio aos regimes democráticos; aceleração do crescimento econômico e do desenvolvimento social; estímulo às reformas estruturais; melhoria das condições de educação e saúde da população; implantação de políticas monetária e fiscal contra a inflação; e incentivo às empresas privadas.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) ou [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



13 de março de 1964

## JANGO REÚNE 300 MIL EM COMÍCIO NA CENTRAL

Em 13 de março, o presidente João Goulart realiza o comício pelas reformas, realizado no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária Central do Brasil. Trezentas mil pessoas, entre trabalhadores, camponeses, representantes de partidos políticos, estudantes, servidores públicos, soldados e sargentos participaram do ato.

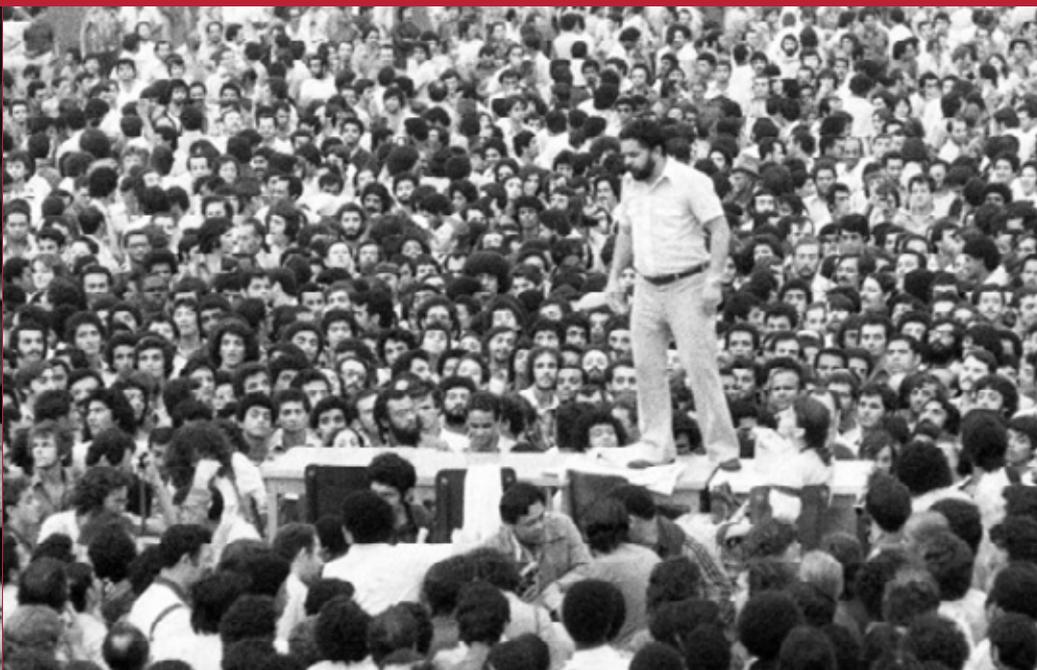
A manifestação foi organizada para apoiar a decisão do governo de Jango de levar à frente as chamadas Reformas de Base – que incluíam as reformas agrária, urbana, educacional, tributária e eleitoral – e de propor a legalização do Partido Comunista e o direito de voto para analfabetos, cabos e soldados. Entre os oradores, os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes e dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

No discurso, Jango anunciou a encampação das refinarias privadas de petróleo e a desapropriação, para fins de reforma agrária,

das terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. O presidente afirmou que as terras começariam a ser divididas em até 60 dias, "com a colaboração patriótica e técnica das Forças Armadas".

Ele anunciou também o envio ao Congresso de mensagem propondo as reformas universitária e eleitoral, que estendia o direito de voto a soldados e analfabetos. Comprometeu-se ainda a assinar um decreto para regulamentar o valor dos aluguéis.

Num ambiente político radicalizado, Jango rebateu a oposição, os jornais e os empresários contrários às reformas, que o acusavam de atropelar a Constituição e de tramar um golpe de Estado: "A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobras; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício".



13 de março de 1979

## GREVE: 200 MIL CRUZAM OS BRAÇOS NO ABC

Metalúrgicos de São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano, em São Paulo, deflagram a primeira greve geral de uma categoria no país desde a paralisação de Contagem (MG), em 1968. A medida foi aprovada pelas assembleias dos três sindicatos do ABC, com o objetivo de obter um reajuste salarial de 78,1%. Mesmo enfrentando forte repressão e a intervenção do governo nos sindicatos, a greve durou duas semanas. Foi suspensa por 45 dias para que fossem reabertas negociações com as empresas, que acabaram concedendo um reajuste de 63%. Foi a maior conquista salarial daquele período.

A greve geral de 1979 mostrou o rápido avanço da organização dos trabalhadores, que mais uma vez desafiaram a ditadura e dobraram os patrões. Cerca de 200 mil trabalhadores participaram do movimento, que paralisou a produção das indústrias automobilísticas (adesão

total na Volks, Ford, Mercedes-Benz e Scania) e de autopeças e de outras grandes empresas da região. Pela primeira vez foi organizado um fundo de greve. Os trabalhadores receberam apoio da igreja católica, de entidades civis, do MDB e de artistas famosos. São Bernardo do Campo tornou-se o centro político do país.

Com adesão maciça dos trabalhadores, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos ficou pequena para o movimento. A primeira assembleia dos grevistas foi transferida para o estádio municipal da Vila Euclides, cedido pelo prefeito Tito Costa (MDB). Cerca de 60 mil trabalhadores ocuparam o gramado e as arquibancadas. Na falta de palanque e sistema de som, o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, falou de cima de uma mesa de escritório usando um megafone. Suas palavras eram repetidas em coro pelos trabalhadores mais próximos e repassadas pelos que estavam atrás.

15 de março de 1979

## O ÚLTIMO DITADOR: FIGUEIREDO ASSUME

O general João Baptista Figueiredo toma posse em 15 de março de 1979 para um período de seis anos na Presidência da República, recebendo como herança um país em profunda crise social, política e econômica, que vai se aprofundar ao longo de seu governo. “Juro fazer deste país uma democracia”, afirma no discurso de posse. Uma semana depois, seu governo decretaria intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, em greve por reajuste salarial.

Figueiredo manteve o general Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil, num sinal de que pretendia prosseguir com o projeto de “abertura” do antecessor, o general presidente Ernesto Geisel. Para o Ministério da Justiça, nomeou o senador Petrônio Portella (Arena-PI), interlocutor de Geisel com setores da oposição. Para o Ministério do Exército, foi nomeado o general Walter Pires, da “linha-dura”, e para o Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Octavio de Medeiros, que havia feito carreira nos órgãos de repressão.

Para controlar e manter a “abertura” nos limites da ditadura, Figueiredo contava com a nova Lei de Segurança Nacional e as “salvaguardas constitucionais” editadas no final do governo Geisel. Os próximos passos do projeto seriam a edição de uma anistia restrita e a implosão do MDB.



**LUTA** Jovens palestinos arremessam pedras contra forças israelenses na Cisjordânia, em 2019. O arremesso de pedras caracterizou a primeira intifada, em 1987, e a terceira está se moldando da mesma forma neste momento

# TERROR NA TERRA DE DEUS

O ministro das Finanças de Israel elogia o ataque de vingança dos colonos aos palestinos da vila de Huwara, fornecendo mais combustível para uma terceira intifada. A situação no Oriente Médio está se agravando com o massacre de palestinos

**Daniel Williams | Asia Times**

O aparentemente eterno conflito Israel-Palestina agora inclui a participação cada vez mais volátil de colonos israelenses na Cisjordânia, que se opõem fervorosamente a qualquer compromisso que conceda terras e soberania aos palestinos que vivem naquela região.

A contínua violência palestina segue o caminho de duas revoltas anteriores, cada uma chamada de "intifada" em árabe. Os colonos estão engajados em sua

própria versão da intifada - violência para sacudir um compromisso quase dormente de "terra pela paz" que daria soberania aos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

No final do mês passado, um grupo de colonos invadiu a cidade palestina de Huwara, na Cisjordânia, incendiou casas e carros e matou um homem. O ataque foi anunciado como uma punição de vingança pela morte de dois colonos israelenses mortos por atiradores palestinos.

Um membro do governo de Israel abençoou o ataque. "Acho que a vila de Huwara precisa ser

exterminada", disse o ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, embora tenha acrescentado que o Estado de Israel é quem deveria fazê-lo.

Rapidamente, Smotrich se tornou um garoto-propaganda para os israelenses que querem a expulsão ou pelo menos o confinamento em enclaves fechados de palestinos na Cisjordânia. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, promotor de assentamentos israelenses, rapidamente saiu a declarar que os comentários eram "inapropriados".

Mas o ataque de Huwara e o comentário do ministro das fi-

nanças ilustraram a rejeição de longa data da “solução de dois Estados” tanto pelos colonos quanto por uma série de governos israelenses hipernacionalistas, a maioria deles liderados por Netanyahu. Isso se tornou mais evidente à medida que a violência aumentou ao longo deste ano.

Em termos práticos, separar a Cisjordânia de Israel é absurdo. A população israelense na Cisjordânia cresceu de 94.000 em 1999, quando a solução de dois Estados formou a base das negociações de paz árabe-israelenses, para 450.000 agora. Cerca de 100 “postos avançados” estão espalhados por toda a área. Israel controla os recursos hídricos e as terras altas que separam os três principais enclaves palestinos.

A população palestina da Cisjordânia é de 2,7 milhões. Uma rede de estradas e cercas exclusivas para colonos destina-se a manter israelenses e palestinos separados, embora Huwara fique em uma das estradas usadas por ambos.

O enclave palestino costeiro da Faixa de Gaza, desprovido de assentamentos, mas isolado por muros e pela falta de um porto marítimo ou aeroporto, contém 2 milhões de palestinos.

Os lados do conflito respondem reflexivamente à agitação. Os governos israelenses costumam pedir calma. A Autoridade Palestina, que governa a população na Cisjordânia, exige negociações de paz. Nenhum dos dois conseguiu nada.

A guerra na Ucrânia e as tensões China-EUA eclipsam de longe a violência no Oriente Médio na mente global. Quanto a Israel e aos palestinos, o presidente dos EUA, Joe Biden, concentrou sua preocupação na possibilidade de o conflito desviar a atenção de uma ameaça diferente - o desenvolvimento de armas nu-

cleares pelo Irã e sua “contínua agressão regional e global”.

Nominalmente, Biden continua a apoiar a solução de dois Estados para o conflito. Em 9 de março, o secretário de Defesa, Lloyd Austin, tirou uma folga do premente conflito na Ucrânia para visitar Netanyahu em Israel. Austin criticou a violência dos colonos, mas não mencionou soluções para o conflito.

“Os Estados Unidos continuam firmemente contrários a quaisquer atos que possam desencadear mais insegurança, incluindo

## O MINISTRO DAS FINANÇAS, BEZALEL SMOTRICH SOBRE OS ATAQUES AOS PALESTINOS: “ACHO QUE A VILA DE HUWARA PRECISA SER EXTERMINADA”

expansão de assentamentos e retórica inflamatória”, disse. “Estamos especialmente preocupados com a violência dos colonos contra os palestinos”.

A administração dos EUA deu um tapa simbólico em Israel ao cancelar a participação de qualquer um de seus membros em uma aparição para arrecadação de fundos em Washington por Smotrich, o ministro que quer que Huwara seja esmagado.

A militância dos colonos vem

crescendo desde o início dos anos 1990, quando Israel e os palestinos assinaram os Acordos de Oslo, nomeados em homenagem à cidade onde as negociações de paz ocorreram. Os tratados foram projetados para providenciar a devolução de terras aos palestinos em troca da paz duradoura.

Mas, em 1994, um atirador armado matou 30 fiéis palestinos no principal santuário muçulmano na cidade de Hebron, na Cisjordânia. No ano seguinte, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, que era a favor dos acordos de Oslo, foi assassinado em Telavive. Seu assassino, embora não fosse um colono, havia organizado viagens de estudantes de Israel à Cisjordânia. Antes de ser condenado à prisão perpétua, o assassino disse à polícia que assassinou Rabin porque os colonos não estavam à altura da tarefa porque “estão preocupados com sua imagem”.

Nos anos seguintes, indivíduos e grupos organizados de colonos realizaram agressões físicas e ataques incendiários contra palestinos. Em fevereiro deste ano, B'Tselem, a organização israelense de direitos humanos, registrou 20 ataques de civis contra palestinos, além do ataque a Huwara.

Os atos incluíram espancamentos e uso de spray de pimenta em civis palestinos, derrubada de olivais e dispersão de rebanhos de ovelhas e destruição de barracos.

Netanyahu, durante seus 14 anos de períodos intermitentes no poder, se opôs a um acordo de terra por paz. Seu mantra é paz por paz, ou seja, a aceitação pelos palestinos do controle de Israel sobre todas as terras entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão. Os parceiros da coalizão governante de Netanyahu são ainda mais inequívocos. Eles acreditam que o conflito na Cisjordânia só

pode ser resolvido pela força.

O ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, que vive em um assentamento, usa a mesma linguagem do ministro da Fazenda quando descreve as soluções para o conflito: “É hora de acabar com a política de aceitação. Os terroristas devem ser esmagados”.

Netanyahu também enfrenta problemas políticos não relacionados. As manifestações abalaram o país nos últimos dias, embora não sobre a questão palestina. Em vez disso, os protestos se concentram nas medidas de Netanyahu para reduzir os poderes judiciais que poderiam levá-lo a julgamento e condenação por acusações de corrupção de longa data.

Enquanto isso, a Autoridade Palestina está paralisada pelo medo de que seu arquirrival, o Movimento de Resistência Islâmica (Hamás), que governa a Faixa de Gaza, esteja crescendo em popularidade.

Qualquer acordo da Autoridade Palestina para trazer “calma” sem algum tipo de progresso em questões territoriais iria corroer ainda mais seu domínio minguinte sobre os palestinos da Cisjordânia. O presidente palestino, Mahmoud Abbas, já recusou uma oferta americana de US\$ 60 milhões em ajuda para sua força policial combater os insurgentes da Cisjordânia.

Biden é hostil com Netanyahu, mas quando era vice-presidente de Barack Obama, falou ao Congresso dos EUA a convite dos republicanos. O líder israelense se manifestou contra o plano de Obama de restringir a capacidade do Irã de fabricar armas nucleares. Mas Biden não tentou forçar nem os israelenses nem os palestinos a se comprometerem. •

Tradução de Olímpio Cruz Neto



**LEMBRANÇA VIVA** O ex-presidente Hugo Chávez, que morreu de câncer em 5 de março de 2013, segue popular entre a maioria dos venezuelanos

# DEZ ANOS SEM HUGO CHÁVEZ

Venezuela presta homenagem ao ex-presidente, que morreu de câncer aos 58 anos e mudou o panorama do seu país. E, apesar da crise, ele segue lembrado

## Página 12

O partido governista venezuelano homenageou no domingo, 5, o presidente Hugo Chávez, no décimo aniversário de sua morte, com um ato no Quartel de la Montaña, símbolo do chavismo por ter sido palco de sua primeira tentativa de vir ao poder. Uma década após sua morte por câncer aos 58 anos, o líder esquerdista que se conectou com milhões de venezuelanos despossuídos tornou-se um ícone que continua sendo o político com a melhor imagem do país.

Segundo a consultoria Datanálisis, Hugo Chávez tem uma avaliação positiva de 56%, contra 22 de

seu sucessor, o presidente Nicolás Maduro. Ao longo da última década, a Venezuela perdeu a liderança internacional herdada por Chávez, já que as receitas do petróleo caíram e a migração disparou. Por conta disso, a inflação disparou e o governo foi acusado de violações de direitos humanos.

Entre 2014 e 2020, o PIB venezuelano experimentou uma queda que reduziu o tamanho da economia nacional em quase 80%, cenário que começou a se reverter em 2021, mas levará décadas para se recuperar do ponto de 2013, segundo especialistas. Desde a morte de Chávez, meio milhão de empresas fecharam, a maioria pequenas e médias, segundo relatos de empresários.

A nação que recebeu milhões de migrantes por 60 anos de riqueza, começou em 2013 a contabilizar milhares de venezuelanos que deixaram o país. Até hoje, segundo dados levantados pelas Nações Unidas, quase 7,2 milhões de pessoas deixaram a Venezuela sobrecarregada pela crise e em busca de oportunidades.

Em 2017 o país entrou oficialmente em default, deixando de pagar suas dívidas. A partir daí, a dívida cresceu e não conseguiu ser reestruturada pelo governo por conta das sanções internacionais que restringem sua capacidade de obter financiamento no exterior. Depois de inúmeras sanções pessoais contra líderes chavistas, o povo começou a sofrer essas restrições em primeira mão em 2019, quando os Estados Unidos incluíram a petroleira PDVSA em sua lista.

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) iniciou na sexta-feira a comemoração dos dez anos da morte de Hugo Chávez. “Temos o enorme compromisso, dez anos após a partida física de nosso comandante, de continuar fortalecendo a unidade popular, a vanguarda da revolução na Venezuela e além, porque este é um projeto internacionalista”, disse o embaixador venezuelano em Cuba, Adán Chávez.

Estiveram presentes no evento os presidentes e ex-presidentes da região Luis Arce, Daniel Ortega, Rafael Correa, Manuel Zelaya e Evo Morales. Além disso, milhares de simpatizantes do chavismo foram ao Quartel de la Montaña para homenagear a memória do presidente. Coincidindo com o aniversário, foi convocado um encontro de movimentos sociais da América Latina e do Caribe do qual participou o presidente Nicolás Maduro sob o título “A validade do pensamento bolivariano do comandante Chávez no século 21”. •

# NO CHILE, REVÉS PARA GABRIEL BORIC

O governo da esquerda assistiu à rejeição da reforma tributária, que visava aumentar os impostos dos mais ricos para financiar as reformas sociais. Presidente anuncia sua primeira reforma ministerial

O governo chileno esperava comemorar o primeiro ano no poder do presidente Gabriel Boric, em 11 de março, com a aprovação de sua reforma tributária, uma lei fundamental no programa da esquerda vitoriosa nas urnas. O texto deveria abrir caminho para o financiamento de programas sociais prometidos e virar a página de um início de mandato laborioso e altamente conturbado.

Mas, na quarta-feira, 8 de março, a vasta coalizão de esquerda no poder (do Partido Comunista à centro-esquerda) sofreu um grande revés. A Câmara dos Deputados recusou, por um voto de diferença, o próprio princípio de um debate sobre a reforma tributária proposta pelo governo.

Boric terá agora de esperar um ano antes de poder apresentar um novo texto de mudanças na tributação dos ricos. Essa demora é muito constrangedora, já que o mandato do jovem presente é de apenas quatro anos.

Após a rejeição de seu texto pelos deputados, Boric falou do norte do país, visivelmente revoltado. “Parece que o objetivo de alguns é prejudicar o governo, impedir a mudança (...), mas estão prejudicando milhões de chilenos e chilenos que há anos desejam um país mais justo, um sistema de saúde que os proteja e não os pressione endividado,

um país com pensões dignas”, declarou.

Ele anunciou uma reforma ministerial na sexta-feira. A medida preocupou a maioria dos ministros, já que as avaliações de desempenho e o conhecimento público de suas funções têm ficado aquém do esperado.

Há um conflito interno no governo. O ministro da Educação, Marco Antonio Ávila, chegou a discutir com a deputada Viviana Delgado (Comitê Ecologista Verde). A briga a levou à enfermaria do Congresso. O incidente culminou com o rompimento de relações do partido com o governo, devido à mudança de atitude do ministro. Isso se traduziu em três votos a menos na Câmara, incluindo a da própria parlamentar.

A saída de Ávila era apontada na imprensa chilena como certa. Um dos que sairia é o ministro da Educação, Marco Antonio Ávila (RD), que chegou a ser repreendido pessoalmente por Boric em função da briga com Viviana Delgado. O episódio foi uma das causas da rejeição da reforma tributária, um dos golpes mais duros que o governo recebeu em toda a sua gestão. O presidente anunciaria na sexta a troca de ministros. A saída de Antonia Urrejola do Ministério das Relações Exteriores era dada como certa, além de Julie-ta Brodsky (Cultura). •



**SOB SUSPEITA** Empresário, Guillermo Lasso derrou a esquerda em 2021 com discurso moralista e agora enfrenta denúncias de corrupção

# NO EQUADOR, O RISCO É DE UM IMPEACHMENT

O presidente Guillermo Lasso, de direita, pode vir a ser afastado do governo por suspeita de corrupção. Legislativo investiga denúncias que o atingem em cheio

**A** Assembleia Nacional do Equador pode dar início a um novo processo de impeachment contra o presidente Guillermo Lasso. No início de janeiro, o portal *La Posta* passou a publicar uma série de reportagens sobre uma suposta rede de corrupção organizada através da distribuição de cargos em empresas estatais. Áudios mostram a divisão de propina que envolve o cunhado do presidente além de um dos homens de confiança de Lasso.

A divulgação da série de reportagens fez com que a Assembleia criasse a Comissão da Verdade, Justiça e Combate à Corrupção para investigar o caso que ficou conhecido como "El Gran Padrino". A comissão pluripartidária apresentou um

relatório no dia 1º de março indicando que a Assembleia deve instaurar processo de impeachment contra o presidente. O relatório foi aprovado por 104 votos, ou seja, mais de dois terços dos deputados.

Guillermo Lasso é um banqueiro e empresário conservador de 65 anos, que conseguiu derrotar a esquerda nas eleições de 2021 e participa de diversos conglomerados financeiros. Ele foi eleito pelo Movimento Político Criando Oportunidades (Creo), em uma aliança com o Partido Social Cristão. A esquerda tem 48 deputados.

A votação que aprovou o relatório sugerindo o impeachment seria suficiente para a aprovação do afastamento de Lasso. No entanto, o processo é mais complexo, o que pode acabar protegendo o atual pre-

sidente. Para que o processo tenha início, é necessário que um parlamentar apresente um pedido reunindo apoio de outros 46 deputados, ou um terço da Assembleia.

Depois, o pedido seria analisado pela Conselho de Administração Legislativa que, por sua vez, encaminharia para a Corte Constitucional. Nenhuma dessas instâncias precisa investigar o suposto esquema de corrupção. Por fim, a Corte encaminharia o processo para a Comissão de Fiscalização. Esta é presidida atualmente por um deputado alinhado ao presidente Guillermo Lasso, o que pode barrar o andamento do caso.

A abertura do impeachment ainda é incerta, mas o fato é que o presidente está enfraquecido e isolado. Lasso foi eleito em 2021 e nunca teve maioria na Assembleia Nacional. O partido do presidente elegeu apenas 12 deputados e ele não conseguiu construir uma coalizão para governar. No ano passado, os deputados tentaram instaurar outro processo de impeachment contra Lasso no momento em que o país vivia uma série de protestos por 18 dias. As manifestações foram protagonizadas por lideranças indígenas e ganharam o apoio de diversos setores sociais.

Lasso chegou a decretar estado de emergência, impôs toque de recolher na capital e reprimiu os protestos, o que gerou confrontos, provocou seis mortes e deixou 600 feridos. Na época, o presidente equatoriano conseguiu se livrar do processo porque a oposição não conseguiu votos suficientes para utilizar um mecanismo que existe no país chamado de "morte cruzada", no qual o presidente continua no cargo até a realização de novas eleições gerais. •



**LONGEVIDADE** No clique do fotógrafo e DJ Maurício Valadares, os Paralamas do Sucesso em 1983, quando fecharam com a gravadora EMI para gravar um disco que mudaria o rock brasileiro pelas próximas quatro décadas

# PARALAMAS, 40 ANOS

O trio formado por Herbert Viana, Bi Ribeiro e João Barone lançava seu primeiro sucesso - "Vital e sua moto" - em meados de 1983. A banda formada dois anos antes tomaria de assalto o país continua na estrada sem sinais de que vai parar

## Olimpio Cruz Neto

**E**m 1983, o rock brasileiro estava engatinhando. O panorama musical começara a mudar há pouco tempo, quando a Blitz lançou "Você não soube me amar", lançada no verão de 1982. Escancarava a porta das gravadoras para outros sons, justamente quando a ditadura militar estava vivendo seus últimos mo-

mentos. Involuntariamente, a Blitz abria as portas para que bandas como os Paralamas conseguissem gravar um disco, depois de terem estourado no verão carioca de 1983. Pouco depois, os próprios Paralamas serviram de aríete para a invasão do rock brasileiro.

Quando surgiu no Rio, em 1981, os Paralamas traziam na bagagem polaróides urbanas, pop com pitadas de reggae, uma cozinha poderosa e um bandleader

atenado. Herbert Vianna era um músico que acreditava muito em si. Ele mudou a história do rock brasileiro à base de muito esforço, bons contatos e uma certa sorte. Era o líder de um grupo novo que estava na cena carioca quando o rock brasileiro ganhava o Circo Voador, invadia a zona sul do Rio com um rock bem-humorado e até inocente nas transmissões da Fluminense FM. Dali, estouraria no Brasil em menos de um ano, fazen-



**O COMEÇO** Herbert Vianna, João Barone e Bi Ribeiro ensaiavam desprezenciosamente, no início da carreira, na casa da Vovó Ondina. A demo de "Vital e sua moto" estourou na Fluminense FM e a gravadora EMI apostou no trio

do bonito no Rock in Rio, no crepúsculo da ditadura e de um novo tempo para o país.

Os Paralamas nasceram no Rio de Janeiro, de uma vontade louca de Herbert Vianna e Bi Ribeiro fazerem um som, como alguns dos amigos de Brasília estavam aprontando. Ambos eram muito próximos havia anos. Bi, filho de diplomata, e Herbert, de militar, eram produtos genuínos da Brasília dos anos 70. Andavam juntos pelas superquadras da Asa Sul como todo moleque crescido entre os pilotis dos blocos brasilienses. Aquela mistura curiosa de tédio e tesão, comuns a uma geração inteira que não tinha muito o que fazer na cidade, rendeu clássicos do rock brasileiro.

Na época, alguns amigos também circulavam na turma, como Dinho Ouro Preto e Dado Villa Lobos, também filhos de diplomatas. "O Renato Russo a gente conhecia meio de vista, um amigo em comum falava sobre ele, que era um cara muito estranho, que não saía de casa", lembrou Herbert em entrevista ao jornalista Antonio Carlos Miguel. A amizade surgiria ali e levaria o paraibano Herbert a abrir as portas ao carioca Renato da gravadora EMI.

Vale lembrar que foi Herbert quem mostrou a Renato a primeira guitarra elétrica. "Fui lá na casa

dele, mostrar uma Fender que eu tinha ganhado do meu pai", comentou. Uma guitarra preta. Herbert tinha 15 anos. O pai, Hermanno, havia trazido a Fender de uma viagem aos Estados Unidos. Naquela ocasião, a paixão de Herbert pela guitarra só tinha paralelo ao amor pelo skate. O líder paralâmico foi campeão de *free style*.

A saída de Brasília mudou radicalmente a vida do jovem aspirante a roqueiro. Acostumado ao paradoxal provincianismo da cidade,

o paralama-mor chegou ao Rio em 1977 e ralou muito para se acostumar à vida na velha capital. "Estava começando a tocar guitarra, ficava em casa o dia inteiro", conta. "Em 1978, o Bi veio e aí começou realmente a tocar". Segundo o baixista, o som não tinha nada de punk. "Tocávamos Hendrix, Clapton, Santana... Tudo sem bateria. Na casa da minha avó. Só baixo e guitarra e um amplificador", rememora Bi.

A entrada de João Barone ocorreu em 1982, substituindo Vital - o famoso personagem da clássica "Vital e sua moto" - justamente a canção que catapultou os Paralamas e que foi lançada como compacto em meados de 1983. A banda se reunia na casa da avó de Bi, a famosa Vovó Ondina, em Ipanema, para ensaios. Ali, algumas das canções do grupo começaram a ganhar forma. É o caso de "Vital...", "Patrulha noturna" e "Encruzilhada", ainda chamada "Encruzilhada agroindustrial".

As três canções foram gravadas no primeiro disco: "Cinema mudo" (1983), que seria lançado no segundo semestre. Outras obscuras que se perderam, sem que ganhassem um registro oficial, como "Solidariedade, não!", "Pinguins", "Rodei de novo" e "Mandinga de amor" ainda sobrevivem numa fita de ensaio que este escriba detém,

## O TRIO CARIOCA CONQUISTOU O PÚBLICO CARIOCA TOCANDO 'VITAL' NA RÁDIO FLU FM, DE LÁ FEZ O CIRCO VOADOR, GRAVOU COM A EMI E GANHOU O PAÍS

devidamente digitalizada. O disco também registra as primeiras composições de Renato Russo gravadas oficialmente: "O que eu não disse", uma bela balada com guitarra slide, e a clássica "Química", que os Paralamas tocavam nas gigs pelo Rio de Janeiro.

A gravação do LP só foi possível porque, em 1982, a banda entregara a primeira fita demo ao fotógrafo e programador de rádio Maurício Valladares. "Vital e sua moto" subiu direto para o top 10 da Rádio Fluminense, cuja existência na década de 80 seria fundamental para a consolidação do rock brasileiro. A banda tornou-se conhecida de todos no Rio. A canção, que hoje soa até ingênua, foi a mais tocada pela Flu no verão de 1983.

Em março de 1983, os Paralamas fecham contrato com a EMI e gravam o single com "Vital..." e "Patrulha noturna", em maio. Os amigos de Brasília não acreditaram. "Pô, se eles podem porque nós não podemos?", questionava-se, incrédulo, Dinho Ouro Preto. "Se nós, que somos uns merdas gravamos...", emendou Bi, entre risos, durante a gravação do documentário produzido pela Conspiração Filmes, filmado em Brasília.

Em janeiro de 1985, os Paralamas subiriam no palco do Rock in Rio, o primeiro festival de porte a acontecer no Brasil. Estrelas inter-

## NO PRIMEIRO DISCO, EM 1983, OS PARALAMAS GRAVARAM DUAS CANÇÕES DE RENATO RUSSO: A BALADA "O QUE EU NÃO DISSE" E A PUNK "QUÍMICA"

nacionais, como Queen, Nina Hagen e outros, chegaram ao país para tocar a uma platéia sedenta. Os Paralamas foram ovacionados. Muitos ensaios renderam ao trio a segurança necessária para tocar para uma platéia repleta de milhares de roqueiros enlouquecidos.

O trio não só deu conta do recado, como encantou o Brasil. O segundo disco - "O Passo do Lui" - já havia saído em 1984. "Óculos", o primeiro grande hit do grupo, estava estourada. "Mais do que a letra, a música era a época", rela-

tu Herbert. Dali para a frente, o céu - e o mercado latino - eram o limite. "O Rock in Rio foi a nossa consagração", comentou Herbert.

Em 1986, enquanto o país assistia indignado à degradação que havia chegado ao país com o mal-fadado Plano Cruzado, os Paralamas lançam "Selvagem?", disco que tinha na capa o velho chapa Pedro Ribeiro e que trazia uma espécie de radiografia sócio-política do Brasil.

O governo Sarney patinava, o Cruzado fazia água e ninguém sabia para onde a Nação seguiria. Herbert parecia seguro, ao cantar: "Alagados, Trenchtown/ Favela da Maré/ A esperança não vem da fé/ vem das antenas de TV/ A arte de viver da fé, só não se sabe fé em quê..." O LP vendeu de 528 mil cópias. "Era o nosso recado", disse Herbert. Dali para a frente o trio ganharia o estrelato e a fama.

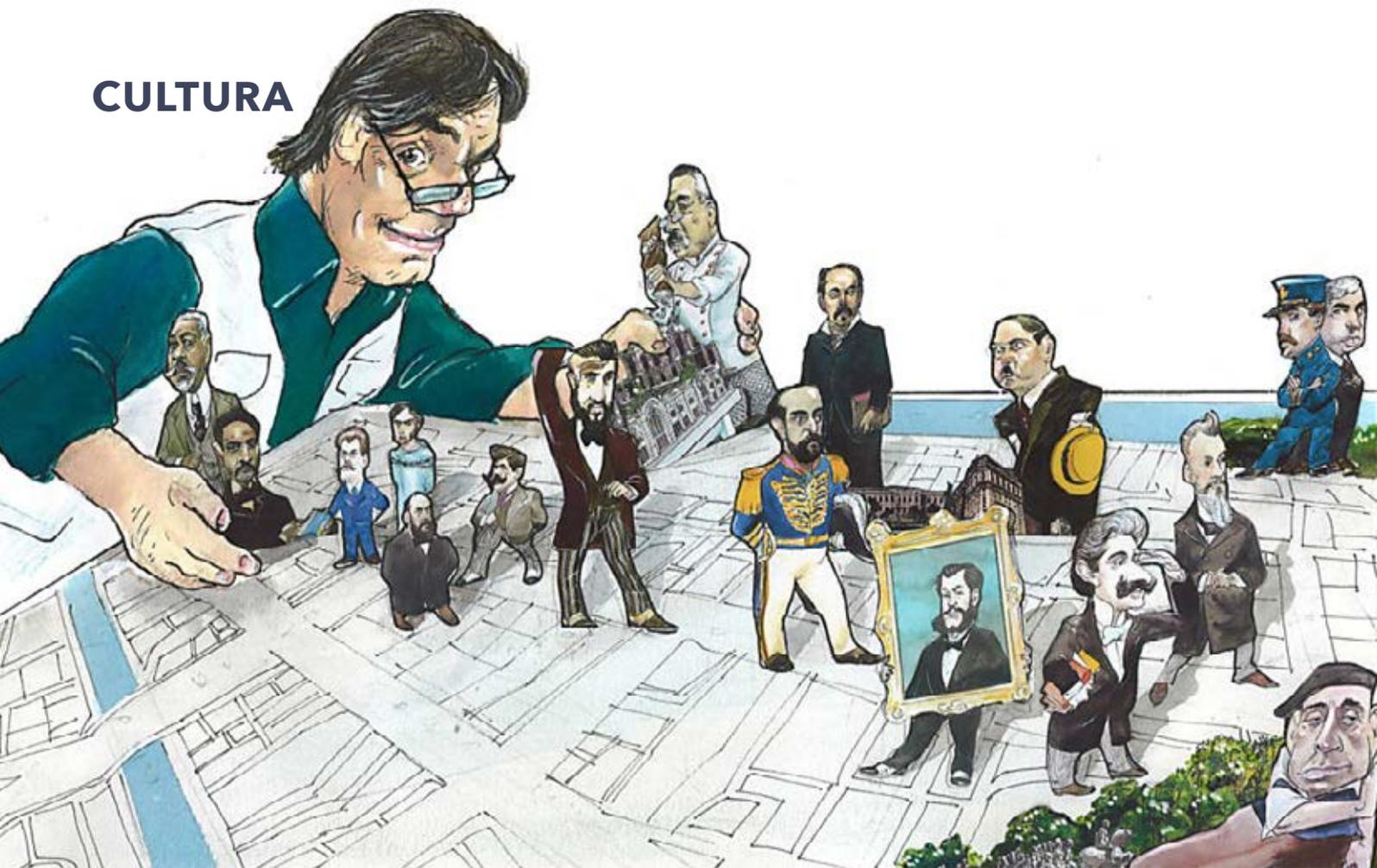
E a banda continua se apresentando em todo o país, Em março, o trio retoma os shows, com apresentações em Contagem (MG), São Paulo (SP), fazendo o Lollapalooza, e no Rio de Janeiro. Nesses 40 anos, os Paralamas gravaram 27 álbuns, entre discos de estúdio, coletâneas e apresentações ao vivo. No site, o grupo anuncia um novo produto: "Ronca Ronca apresenta Os Paralamas do Sucesso Ao Vivo", por conta do programa do chapa Maurício Valladares. •

Maurício Valladares

### INÉDITAS

Canções do início da carreira dos Paralamas, como "Mandinga de amor", "Pinguins" e "Rodei de novo", ou mesmo o libelo político "Solidariedade, não!", jamais chegaram a ser gravadas pelo grupo, que retoma os shows nos palcos de Contagem (MG), São Paulo e Rio de Janeiro ainda neste mês de março.





# ADEUS, PAULO CARUSO

Cartunista, músico e um dos mais brilhantes chargistas morre aos 73 anos em São Paulo e deixa o país órfão do seu talento e humor. Lula lamenta e o irmão gêmeo Chico lembrou que os dois começaram a desenhar na infância

O Brasil perdeu um pouco da sua graça e do olhar agudo sobre os seus costumes políticos. O cartunista paulistano Paulo Caruso morreu na manhã de sábado, 4, aos 73 anos, no Hospital Nove de Julho. Ele estava internado para tratar as complicações de um câncer no intestino. Desde 1987, elaborava ilustrações e charges para o programa de entrevistas *Roda Viva*, da TV Cultura.

Paulo Caruso foi uma figura conhecida da cena underground

na paulistana, ao lado de outros desenhistas importantes como Chico Caruso – seu irmão gêmeo – Angeli, Laerte e Glauco, entre outros tantos que ilustraram a política brasileira com charges ácidas e bem-humoradas ao longo dos últimos 50 anos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte do artista, a quem admirava. “Contribuiu com seu talento na luta pela democracia e por um país com direito à liberdade de expressão”, disse o presidente. “Meus sentimentos ao seu ir-

mão, Chico, aos seus familiares, amigos e admiradores”.

Irmão gêmeo de Paulo, também o cartunista Chico Caruso lembrou que o irmão começou a fazer arte ainda criança: “Nosso avô fazia charges de brincadeira dos amigos, e levamos esse legado adiante. Eu e o Paulo desenhávamos cada um em seu caderno, e depois mostrávamos ao outro o que tínhamos criado. Passamos o resto da vida fazendo isso, mesmo trabalhando em veículos e cidades diferentes”, disse Chico.

Paulo Caruso foi “um hippie”



**HUMOR NO TRAÇO ELEGANTE** Em 50 anos de carreira na imprensa brasileira, Paulo Caruso mostrou com humor as idiossincrasias da política nacional e acompanhou com olhar crítico os bastidores do poder durante a ditadura

na juventude, como brincava. Kursou arquitetura na FAU, da Universidade de São Paulo, mas nunca exerceu a profissão. A cena dos artistas, que se juntavam às noites no bar Riviera, na Consolação, o atraiu. Bem como a imprensa, começou no extinto Diário Popular a publicação de charges, ainda no começo dos anos 70.

A ironia e acidez eram acompanhadas do humor. Publicou também em veículos lendários da imprensa alternativa, como *O Pasquim*, *Movimento*, entre outros. Foi também responsável, por anos, por uma página da revista *IstoÉ*, chamada *Avenida Brasil*, por onde fez comentários sobre a cena política, depois publicada na revista *Senhor*, ambas dirigidas por Mino Carta. Nesta página, fez circular caricaturas

de personalidades brasileiras das décadas de 1980 e 1990, sintetizando com sátira e humor vários momentos da história política brasileira.

Caruso recebeu vários prêmios, como o de melhor desenhista, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), em 1994. Por sua habilidade para a sátira e para a caricatura, aliada à numerosa produção, sua obra é das mais conhecidas do Brasil. Desde a estreia do programa, nos anos 1980, integrou a banca do *Roda Viva*, da TV Cultura.

Suas charges acompanhavam as reações dos entrevistados do programa, um dos mais longevos da televisão brasileira. Chico repetia sempre que não tinha condições de fazer o trabalho do irmão. "O que ele fazia no *Roda Viva* eu jamais

conseguiria fazer, desenhar naquela velocidade. Eu trabalho mais lentamente, para mim seria impossível", disse.

O cartunista também lembrou outro talento do irmão: a música. A dupla fez sucesso em espetáculos musicais nos quais criavam paródias envolvendo situações e personagens da política nacional. Em 1985, Paulo e Chico estreavam no Salão Internacional de Humor de Piracicaba com a banda Muda Brasil Tancredo Jazz Band, que contou com a participação de outros cartunistas e escritores convidados, como Luis Fernando Verissimo, Cláudio Paiva e Aroeira. Eles gravaram discos como "Pra seu governo" (1998), "E la nave va" (2001) e "30 anos de democracia - Que país é este?" (2015). •



# A MELODIA DE SUELI COSTA

Compositora de clássicos da MPB, como “Coração ateu” e “Jura secreta”, que teve suas canções gravadas por Maria Bethânia, Elis Regina, Simone e Fagner, morre aos 79 anos

**A** música popular brasileira ficou mais pobre no último sábado, 4. A compositora e cantora carioca Sueli Costa morreu, aos 79 anos. O anúncio foi feito nas redes sociais sua sobrinha e também cantora Fernanda Cunha. A causa da morte não foi divulgada pela família da artista.

Sueli Costa foi uma das mais importantes compositoras MPB, autora de clássicos do cancioneiro nacional, como “Coração ateu”, “Jura secreta”, “Dentro de mim mora um anjo”, “Face a face”, “20 anos blue”, “Primeiro jornal” e “Cão sem dono”. Suas canções foram

imortalizadas nas vozes de Elis Regina, Maria Bethânia, Simone, Zizi Possi e Fagner, entre outros.

Maria Bethânia lamentou. “Um das maiores compositoras brasileiras. Deixará imensa saudade. Imensa”, disse a cantora. “Sueli Costa sempre foi para mim uma grande inspiração. Suas canções embalam a minha vida e muitas eu trago como tatuagens”, declarou Teresa Cristina.

Monica Salmaso também registrou sua tristeza pela passagem da consagrada artista e colega. “Essa jóia máxima de compositora fez tanta coisa maravilhosa e merece muitas homenagens, muita gratidão e re-

conhecimento!”, disse. “‘Coração ateu’, música e letra dela, gravação histórica da Bethânia, abriu o disco da trilha sonora da novela ‘Gabriela’. Ouvi trilhões de vezes. Morei muito nesta gravação por anos. Chorei muito com ela”.

Sueli Costa nasceu no Rio de Janeiro, mas cresceu em Juiz de Fora, em Minas Gerais, em uma família de músicos. Na década de 1970, voltou para o Rio e viveu um período de grande reconhecimento. Ao longo daquela década, sua obra ganhou projeção nas vozes de Simone, que gravou “Jura secreta”, e Maria Bethânia, que fez o registro de “Coração ateu”, eternizada na trilha de “Gabriela”. •

# **VIOLÊNCIA NO BRASIL**

## **desafio das periferias**

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

**Felipe da Silva Freitas**

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO  
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

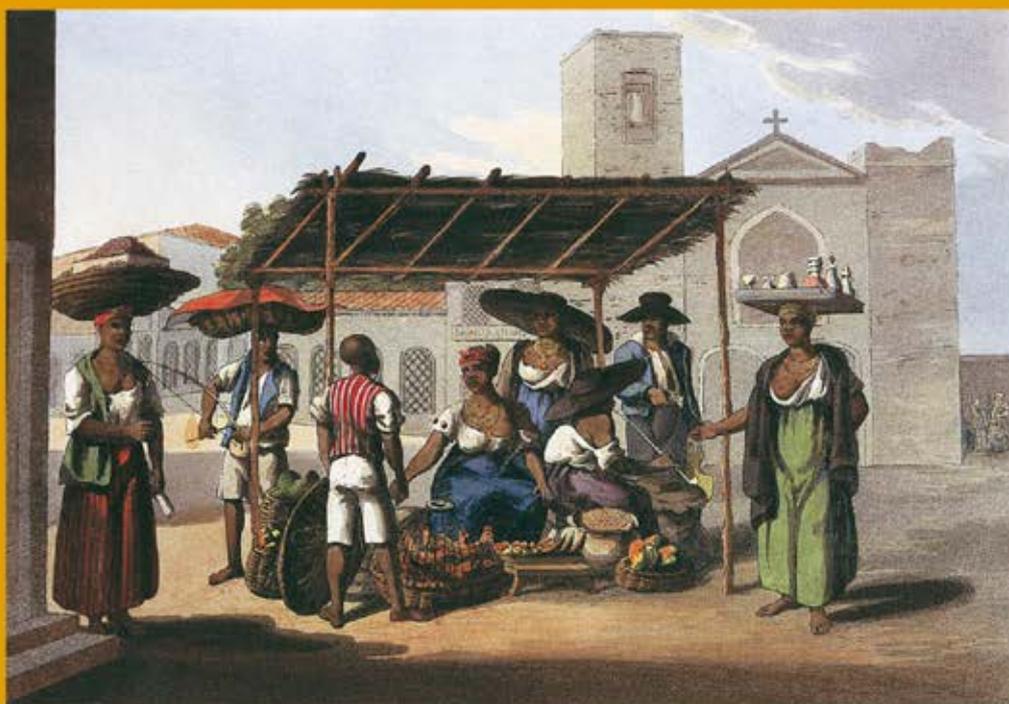
*História do povo brasileiro História do povo brasileiro História do povo brasileiro*

# História do povo brasileiro

JOSELI NUNES MENDONÇA

## Cenas da abolição

*Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*



 **FUNDAÇÃO**  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

[fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/](http://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/)